

TIAGO MOREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL NA
PERFORMANCE EMPRESARIAL**

CURITIBA

2011

TIAGO MOREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL NA
PERFORMANCE EMPRESARIAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Prof. Orientador: MSc. Luiz Carlos de Souza

CURITIBA

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

TIAGO MOREIRA

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL NA *PERFORMANCE* EMPRESARIAL

Esta monografia foi apresentada, avaliada e aprovada, por uma Banca Examinadora qualificada do Curso de Pós Graduação em Contabilidade e Finanças, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador Prof. Luiz Carlos de Souza

Prof (a)

Prof (a)

Curitiba, _____ de _____ de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo à minha grande amiga Carmem, incentivadora e companheira nesta trajetória de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a DEUS, a quem devo tudo o que sou.

Aos meus familiares, por todo amor, carinho, incentivo e compreensão pelas minhas ausências durante a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Luiz Carlos de Souza, pela paciência, pelas sugestões e por ter acreditado na realização deste trabalho.

Ao coordenador, professores, colegas e todos os integrantes do curso de Especialização, que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

“Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida.
Esses são os imprescindíveis.”

Bertolt Brecht

RESUMO

MOREIRA, Tiago. A Importância do Controle Financeiro e Contábil na *Performance* Empresarial.

Este trabalho tem a finalidade de demonstrar a importância do controle financeiro e contábil, visando a análise da *performance* de uma empresa atuante no comércio de equipamentos eletrônicos, a fim de auxiliar os administradores nas tomadas de decisões. Dentro de uma filosofia e aprendizado acadêmico, coloca-se em prática o estudo das demonstrações contábeis, análise financeira, estrutural e econômica, e todo o processo para cálculo da dinâmica financeira da empresa. A metodologia adotada é baseada na pesquisa bibliográfica sobre o tema, coleta de dados, descrição do estudo de caso, bem como análise dos resultados com base nas demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial - BP e Demonstração de Resultado do Exercício - DRE). Para este estudo foi considerada a concepção de que a técnica financeira e contábil é bem assimilada quando desenvolvida com o apoio do maior número possível de conhecimentos teóricos e práticos.

Palavras-chave: Controle financeiro. *Performance*. Demonstrações Financeiras.

ABSTRACT

MOREIRA, Tiago. The Importance of Financial Control and Accounting in Business Performance.

This project aims to demonstrate the importance of financial control and accounting in order to analyze the performance of a company active in the trade of electronic equipment in order to assist managers in making decisions. Within a philosophy and academic learning, puts into practice the study of financial statements, financial analysis, structural and economic, and the whole process for calculating the financial dynamics of the company. The methodology is based on research literature on the topic, data collection, case study description and analysis of results based on financial statements (Balance Sheets - BS and Income Statement for the Period - ISP). For this study design was considered that the technical and financial accounting is hard to swallow when developed with support from the largest possible number of theoretical and practical knowledge.

Key words: Financial Control. Performance. Financial Statements.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTABILIDADE	15
2.1 BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	15
2.2 CONCEITOS DA CONTABILIDADE	16
2.3 PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE	17
2.4 CONTABILIDADE DE CUSTOS	21
2.4.1 Terminologia de custos	21
2.4.2 Classificação de Custos	22
2.4.3 Sistemas e Métodos de Custeio	23
2.4.4 Departamentalização	24
2.4.5 Margem de contribuição	25
2.4.6 Ponto de equilíbrio	26
2.5 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	27
2.6 ORÇAMENTO EMPRESARIAL	29
2.6.1 Aplicação orçamentária	30
2.6.2 Finalidade	31
2.6.3 Função do orçamento empresarial	31
2.7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
2.7.1 Conversão das demonstrações financeiras	34
2.8 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
2.8.1 Análise da situação financeira	37
2.8.1.1 Liquidez Imediata	38
2.8.1.2 Liquidez Corrente	39
2.8.1.3 Liquidez Seca	39
2.8.1.4 Liquidez Geral	40
2.8.2 Análise da situação estrutural	40
2.8.2.1 Participação do Capital de Terceiros	41
2.8.2.2 Composição das Exigibilidades	41
2.8.2.3 Imobilização de Patrimônio Líquido	41
2.8.2.4 Capitalização	41
2.8.3 Análise da situação econômica	41
2.8.3.1 Margem Líquida	42

2.8.3.2 Rentabilidade do Ativo.....	42
2.8.3.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido	42
2.8.3.4 Produtividade.....	42
3 ANÁLISE DA PERFORMANCE EMPRESARIAL.....	44
3.1 CICLOMETRIA	44
3.2 RECLASSIFICAÇÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DAS CONTAS.....	44
3.3 ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA	45
3.3.1 Capital Circulante Líquido	45
3.3.2 Necessidade de Capital de Giro	46
3.3.3 Saldo de Tesouraria	46
3.3.4 Investimento Operacional em Giro	47
4 METODOLOGIA.....	48
4.1 TIPO DE PESQUISA	48
4.2 MÉTODO DE COLETA DE DADOS	48
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
5 ESTUDO DE CASO: O CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL NA PERFORMANCE DA EMPRESA SUPERCONTROL COM. EQUIP. ELETRÔNICOS LTDA	50
5.1 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA.....	50
5.2 HISTÓRICO DA EMPRESA	50
5.3 MERCADO DE ATUAÇÃO	51
5.4 PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS	51
5.5 ORGANOGRAMA DA EMPRESA	52
5.6 METODOLOGIA DA ANÁLISE DE PERFORMANCE EMPRESARIAL.....	53
5.6.1 Análise financeira dos índices	53
5.6.2 A dinâmica financeira na empresa calculada pelo Modelo Fleuriet.....	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	74

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE	18
QUADRO 2 - CONVENÇÕES CONTÁBEIS.....	20
QUADRO 3 - TAXAS DE CONVERSÃO	36
QUADRO 4 - ANÁLISE VERTICAL – ATIVO	55
QUADRO 5 - ANÁLISE VERTICAL – PASSIVO	56
QUADRO 6 - ANÁLISE VERTICAL – DRE.....	57
QUADRO 7 - RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO.....	62
QUADRO 8 - CÁLCULOS DO ST, CCL E IOG	63
QUADRO 9 - TIPO DE ESTRUTURA DE BALANÇO.....	64
QUADRO 10 - TIPO DE ESTRUTURA DE BALANÇO DA EMPRESA	66
FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DA EMPRESA SUPERCONTROL.....	52
TABELA 1 - ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO E PASSIVO.....	53
TABELA 2 - ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO - DRE	54
TABELA 3 - ÍNDICES FINANCEIROS.....	58
GRÁFICO 1 - ANÁLISE VERTICAL – ATIVO.....	55
GRÁFICO 2 - ANÁLISE VERTICAL – PASSIVO.....	56
GRÁFICO 3 - ANÁLISE VERTICAL – DRE	57
GRÁFICO 4 - ANÁLISE FINANCEIRA	59
GRÁFICO 5 - ANÁLISE ESTRUTURAL	60
GRÁFICO 6 - ANÁLISE ECONÔMICA	61
GRÁFICO 7 - ST, CCL X IOG	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABESE - Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança

Abinee - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ACC - Contas cíclicas do ativo

ACF - Ativo Cíclicas Financeiras

ANC - Contas não cíclicas do Ativo

CCL - Capital Circulante Líquido

IOG - Investimento Operacional em Giro

NCG - Necessidade de Capital de Giro

PCC - Passivo Circulante Cíclico

PCO - Passivo ou Cíclicas Onerosas

PNC - Contas Não Cíclicas do Passivo

ST - Saldo de Tesouraria

1 INTRODUÇÃO

O tempo tem mostrado que a abertura de negócios, baseados na criatividade e no desenvolvimento do cidadão brasileiro é fundamental para o desenvolvimento do país. No entanto, apenas vontade e coragem não são suficientes para o sucesso de um empreendimento. Para encarar tão grande responsabilidade, o empresário deve conhecer as características e dimensões do mercado no qual atua, a legislação pertinente, os padrões de qualidade, entre outros. Esses fatores, aliados à afinidade com a atividade a ser desenvolvida e a competência gerencial, são predominantes para o sucesso do negócio. Principalmente diante da globalização, pois as empresas não concorrem somente com seus congêneres do próprio país, mas também com as chinesas, japonesas, indianas, entre outras.

Os administradores são atingidos positiva ou negativamente por acontecimentos externos a nível mundial, onde se exigem tomadas de decisões, acertadas, num curto espaço de tempo, uma vez que a demora pode representar perda de dinheiro. Desta forma, surge a necessidade dos administradores conhecerem a situação econômica e financeira da empresa.

Para atender essa necessidade, a Contabilidade busca gerar informações pela análise das Demonstrações Contábeis, por meio do cálculo e interpretações de índices, a fim de evidenciar os pontos fracos e fortes da empresa e buscar soluções em tempo hábil para possíveis problemas encontrados.

O estudo em questão será realizado em uma empresa privada atuante no setor de comércio de produtos eletroeletrônicos de segurança.

A empresa será analisada num período de três anos (2008 a 2010), com a finalidade de obter informações suficientes para o cumprimento dos objetivos propostos. Serão realizados os cálculos dos índices para traçar possíveis tendências para a situação econômico-financeira da mesma.

Administrar uma empresa é uma tarefa que exige habilidade e conhecimento. As práticas contábeis relacionadas ao negócio têm relação direta com a capacidade dos administradores em gerenciar a organização, a fim de evitar erros, dispêndio de tempo, recursos e energia, resultando em maior rentabilidade.

Diante do exposto, a presente investigação se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: De que forma o ferramental da análise das demonstrações financeiras pode contribuir com a melhoria na gestão da empresa?

O objetivo geral é analisar as demonstrações contábeis da empresa, de um determinado período, a fim de gerar informações que demonstrem a situação econômica e financeira, auxiliando os administradores nas tomadas de decisões.

Os objetivos específicos abordados foram os seguintes:

- Analisar as demonstrações contábeis por meio da análise vertical, cálculo dos índices econômicos e financeiros;
- Utilizar os índices para traçar possíveis tendências para a situação econômico-financeira da empresa;
- Analisar os resultados operacionais e financeiros frente às possíveis necessidades de capital de giro e sugerir, se necessário, alternativas de decisões futuras a serem tomadas pelos gestores.

As empresas estão inseridas num mercado global, sofrendo, instantaneamente, impactos provocados por decisões tomadas em âmbito macroeconômico. Razão pela qual, o sucesso ou insucesso econômico-financeiro dependerá em grande parte, de como os administradores responderão aos acontecimentos externos ao ambiente da empresa.

Nesse contexto, justifica-se a importância da análise das demonstrações contábeis, surgindo como uma importante ferramenta no processo decisório por possibilitar, além da visualização da situação econômica e financeira da empresa, projeções futuras para a mesma.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo que no primeiro capítulo apresenta-se a justificativa da realização do estudo voltado à análise das demonstrações contábeis, demonstrando a necessidade das empresas em buscarem suporte nas informações geradas por essas análises, a pergunta a ser respondida com o desenvolvimento do trabalho, bem como os objetivos do estudo.

Em seguida, no segundo capítulo, expõem-se o embasamento teórico do estudo justificando o desenvolvimento do trabalho e auxiliando para o entendimento do estudo de caso apresentado no quinto capítulo.

Posteriormente, no terceiro capítulo há a complementação do embasamento teórico do estudo com ênfase na *performance* empresarial.

No quarto capítulo estão apresentadas a metodologia utilizada, ou seja, o tipo de pesquisa, o método de coleta de dados e a forma que a análise foi desenvolvida.

No quinto capítulo expõe-se a parte prática do trabalho, obtido por meio da coleta e organização dos dados, demonstrando os resultados dos cálculos e sua análise, baseada na revisão da literatura do segundo e terceiro capítulos.

Por fim, no sexto capítulo apresenta-se a conclusão do estudo, onde são apontados os pontos fortes e fracos da empresa e a sua situação econômico-financeira.

2 CONTABILIDADE

2.1 BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

Luca Pacioli foi um dos principais responsáveis pela criação da Escola Italiana de Contabilidade, a Escola Inglesa só ganhou importância com a Revolução Industrial.

Segundo Ávila (2006, p.20):

A técnica contábil teve como um de seus principais marco na obra; *Summa de Aritmetica Geometria, Proportioni et Proporgionalitá*, autoria de Luca Pacioli publicada em Veneza. Pacioli não foi o criador das partidas dobradas, porém, o tratado de matemática por ele publicado, continha uma seção sobre registros contábeis por meio deste método, que se tornou o marco básico para a contabilidade.

A crise de 1929 a 1932 exigiu a adaptação da Contabilidade, às necessidades de um sistema de informação de negócios, abrindo espaço para a Escola Americana. O *American Institute of Certified Public Accountants*¹ (AICPA), é o mais representativo órgão da Classe Contábil Americana, e foi criado para atender a essa expectativa. Pode-se dizer também que a evolução da economia e a necessidade de informação dos usuários externos à empresa também influenciaram a Ciência Contábil. A Lei das Sociedades por Ações (Lei das S/A) no Brasil, editada em 1976, foi um de seus principais acontecimentos, ela estabeleceu as Normas Contábeis e possibilitou a separação da Contabilidade para fins societários e fiscais.

Ao longo dos anos sofreu um processo de evolução histórica bastante interessante, e com a globalização teve que adaptar-se em um novo ambiente.

¹AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*, Instituto de profissionais de contabilidade norte-americano que estabeleceu os padrões de auditoria conhecidos como SAS-70 *Statement of Audit Standards*, utilizados como procedimento em auditorias sobre os controles físicos e de acesso das instalações de segurança de empresas e organizações.

2.2 CONCEITOS DA CONTABILIDADE

“A Contabilidade é o estudo do Patrimônio e suas mutações a partir do uso de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, anotar, acumular, resumir e analisar todos os acontecimentos que afetam a condição patrimonial de uma pessoa.” (GONÇALVES; BAPTISTA, 2007)

Franco e Hilário (1997) vêem a Contabilidade da seguinte forma:

Esta alcança sua finalidade através do registro, da classificação, da demonstração, da auditoria, da análise e da interpretação de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio administrado, vinculado à entidade. Sua finalidade é, pois, assegurar o controle desse patrimônio, fornecendo a seus administradores informações e orientação necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares (proprietários do patrimônio) e demais pessoas a ele relacionadas, as informações e interpretações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.

Para Ribeiro (2003): “A Contabilidade abrange todas as áreas econômicas administrativas, inclusive aquelas que são governamentais e fazem parte do sistema organizacional do país, como a União, os Estados e os Municípios, e também as empresas privadas e organizações não governamentais representados por seus sócios, acionistas, presidentes e usuários que usam as informações contábeis informadas pelas mesmas.”

“Para sair da rotina das normas tradicionais os profissionais da área contábil precisam buscar auxílio em diversas fontes. Necessita-se a explicação dos porquês dos procedimentos, até então, existe uma ênfase exagerada a pratica contábil.” (IUDÍCIBUS; MARION, 2002)

Com a finalidade de expandir os conhecimentos através de pesquisa e aplicação adequada com base nos princípios contábeis geralmente aceitos, na legislação vigente no país, o estudo deste projeto apresenta a importância do profissional Contábil como responsável pelas informações que são imprescindíveis para a sobrevivência de uma empresa e demais entidades.

Para Santos (2003, p. 61): “A Contabilidade, é uma ciência social factual que tem por objeto o estudo das variações, qualitativas e quantitativas ocorridas no patrimônio das entidades”. Santos (2003, p. 63) determina que a Contabilidade: “[...] tem como fim de assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações sobre

sua composição e as variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pelas entidades.”

Segundo Iudicibus (1999, p. 35): “A Contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o patrimônio. Todavia, a contabilidade utiliza os métodos quantitativos como sua principal ferramenta.”

Sendo assim a Contabilidade existe para registrar os fatos ocorridos em determinado período de uma determinada organização, trazendo informações para os usuários da contabilidade e tomadas de decisões visando a entidade.

2.3 PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE

A contabilidade é universal e sua função é muito importante para as empresas. Os conceitos contábeis são colocados de diversas formas porém com a mesma interpretação, o mesmo entendimento. É vinculado com leis e normatizações vigentes facilitando as consultas necessárias no dia-a-dia do profissional.

Segundo Santos et al (2003, p.34): “Os Princípios Fundamentais da Contabilidade brasileiros estão regulados no ordenamento jurídico brasileiro pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 750/93.”

A Resolução CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010, revoga a Resolução CFC nº 774/94 (apêndice à resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade) e a Resolução CFC nº 900/01 (aplicação do Princípio da Atualização Monetária), atualizado e consolidando dispositivos da Resolução nº 750/93.

Desta forma, a denominação **Princípios Fundamentais de Contabilidade** foi alterada para **Princípios de Contabilidade**, uma vez que se entende ser de fácil entendimento para os usuários das demonstrações contábeis e dos profissionais da Contabilidade.

No quadro abaixo descreve-se os Princípios de Contabilidade de acordo com determinação da Resolução CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010:

QUADRO 1: PRINCIPIOS DE CONTABILIDADE

Princípio da Entidade	<p>Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.</p> <p>Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômica-contábil.</p>
Princípio da Continuidade	<p>Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.</p>
Princípio da Oportunidade	<p>Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.</p> <p>Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.</p>
Registro pelo Valor Original	<p>Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.</p> <p>§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:</p> <p>I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e</p> <p>II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:</p> <p>a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;</p> <p>b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;</p>

	<p>c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;</p> <p>d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e</p> <p>e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.</p> <p>§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:</p> <p>I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;</p> <p>II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e</p> <p>III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.</p>
Princípio da Atualização Monetária	(Revogado pela Resolução CFC nº 1282/10)
Princípio da Competência	<p>Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.</p> <p>Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.</p>
Princípio da Prudência	<p>Art. 10º O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.</p> <p>Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incertezas, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.</p>

Fonte: Retirado do Site da Editora Ferreira.

Além dos princípios contábeis existem algumas convenções contábeis que segundo Iudicibus (1999, p.121): “[...] representam o Complemento dos Postulados e Princípios, no sentido de delimitar-lhes conceitos, atribuições e direções a seguir e de sedimentar toda a experiência e bom-senso da profissão no trato de problemas contábeis”. Ainda segundo Iudicibus (1999, p. 121): “As convenções também serão enunciadas. Entretanto, tais enunciações serão apenas indicativas e terão menor peso do que no caso dos princípios”. Abaixo seguem as convenções:

QUADRO 2: CONVENÇÕES CONTÁBEIS

Objetividade	Para que não haja distorções nas informações contábeis, o contador deverá escolher, entre vários procedimentos, o mais adequado (o mais objetivo) para descrever um evento contábil. Um dos aspectos quase sempre abordado é que os registros contábeis deverão ter suporte, sempre que possível, em documentação gerada nas transações ou evidencia que possibilite (além do registro) a avaliação.
Consistência	Uma vez adotado certo critério contábil, dentro de vários igualmente relevantes, ele não deverá ser mudado, de ano para ano (ou constantemente), porque, em assim o fazendo, estaria-se impossibilitando a comparação dos relatórios contábeis (no decorrer do tempo) e dos estudos preditivos (tendências).
Materialidade	Através da materialidade define-se o que é material (relevante) que o Contador deve informar em seus relatórios. Um ângulo bastante interessante para visualizar a materialidade é a análise do binômio CUSTO versus BENEFÍCIO.
Conservadorismo	A posição conservadora (precaução) do Contador será evidenciada no sentido de antecipar prejuízo e nunca antecipar o lucro. Dessa forma, ele não estará influenciando os acionistas, por exemplo, a um otimismo que poderá ser ilusório.

Fonte: Adaptado Iudicibus (1999)

Conforme o autor acima, o Contador deve buscar nos princípios ou convenção contábil o respaldo para o registro e escrituração da entidade, atendendo a legislação e regras contábeis geralmente aceitas para uma boa contabilidade da instituição.

2.4 CONTABILIDADE DE CUSTOS

2.4.1 Terminologia de custos

O Custeio do produto é elaborado a partir do sistema de custeamento real por absorção. Desta forma, significa dizer que devem ser adicionados ao custo da produção os custos reais incorridos, obtidos através da contabilidade geral, e pelo sistema por absorção, o que significa a inclusão de todos os gastos relativos à produção, quer diretos, quer indiretos com relação a cada produto.

Custo de produção é a soma dos consumos e dos seguintes recursos: os materiais, matéria-prima, a mão-de-obra e os gastos gerais de fabricação.

- Materiais: Ingredientes utilizados na produção ou prestação de serviço.
- Matéria – Prima: Materiais principais e essenciais que entram em maior quantidade na fabricação do produto.
- Materiais Secundários: Também chamados de materiais acessórios, complementares, auxiliares.
- Materiais de Embalagem: Destinados especificamente ao acondicionamento ou embalagem do produto.
- Mão-de-obra: Compreende gastos com pessoal envolvido na produção da empresa englobando salários, encargos sociais, refeições, demais benefícios.

Gastos Gerais de Fabricação: envolvem os gastos necessários para fabricação como: energia elétrica, telefone, equipamentos de comunicação, etc.

Os custos podem ser classificados em (WELSCH, 2003, p. 34):

- “Custos fixos: são aqueles que não variam com o nível de produção ou atividade. Acumulam-se com o passar do tempo, são custos de períodos.
- Custos Variáveis: são aqueles itens de custo que variam em proporção direta com o volume de produção ou atividade de um departamento ou qualquer outra subunidade da empresa. Os custos variáveis são custos de atividade porque se acumulam em consequência de esforços produtivos ou do volume de trabalho de um departamento.”

Os Custos de Produção estão apresentados conforme a composição de custos é da matéria-prima, mão-de-obra direta, depreciação das máquinas e equipamentos, bem como os demais custos indiretos de produção.

2.4.2 Classificação de Custos

Quanto à apropriação aos produtos são classificados em custos diretos de fabricação e custos indiretos de fabricação:

- 1) Custos Diretos: É todo o custo que está vinculado diretamente ao produto, e varia conforme a quantidade produzida. Sem ele o produto não existiria. Sua apropriação pode ser direta (sem rateio), bastando que exista uma medida de consumo, como Quilogramas, Horas-Máquina, Horas-Homem trabalhadas. Exemplo de Custo Direto: Matéria-Prima, Embalagens, Mão-de-obra Direta.
- 2) Custos Indiretos: É todo o custo que não está vinculado diretamente ao produto, mas sim ao conjunto do processo produtivo. Para serem incorporados aos produtos, obedecem a uma mecânica de apropriação, de um processo de rateio.

Exemplo de custos Indiretos: Depreciação das Máquinas, Supervisão da fábrica, Energia elétrica.

Os custos de produção podem ser fixos, variáveis e semi-variáveis.

- 1) Fixos: São aqueles que, dentro de determinada capacidade de produção da empresa, tendem a permanecer constantes em seu total, apesar das variações do volume de produção e/ou de vendas. Ex. o aluguel do escritório de uma empresa será fixo. Os custos fixos são quantias fixas dentro de certos limites de produção, ou até a capacidade máxima, são fixos em seu total, mas diminuem unitariamente, à medida que a produção aumente. O controle de sua incidência depende da alta administração;
- 2) Variáveis: São aqueles que tendem a variar em seu total, conforme fluem as atividades produtivas da empresa. Ex. as comissões pagas aos vendedores ou a matéria-prima consumida são exemplos de custos que

variam de acordo com a flutuação das vendas ou da produção. Os custos variáveis variam no total em proporção direta ao volume de atividades. Permanecem relativamente constantes do ponto de vista unitário e podem ser facilmente apropriados, com certa prestação.

A classificação de um custo qualquer como fixo ou variável pode resultar de uma decisão administrativa. Assim, a depreciação de uma máquina, quando baseada no método da linha reta, será um custo fixo, e a baseada no método de unidades produzidas, será um custo variável. Eles devem ser compreendidos em função do período de tempo que está sendo considerado.

O Custeio do produto é elaborado a partir do sistema de custeamento real por absorção. Desta forma, significa dizer que devem ser adicionados ao custo da produção os custos reais incorridos, obtidos através da contabilidade geral, e pelo sistema por absorção, o que significa a inclusão de todos os gastos relativos à produção, quer diretos, quer indiretos, com relação a cada produto.

2.4.3 Sistemas e Métodos de Custeio

Sistemas e Métodos de custeio referem-se à forma de apuração do custo dos produtos como: Custeio Variável ou Direto, Custo Padrão (Standard), Custo por absorção o qual foi escolhido pela empresa.

- 1) O Custeio por Absorção. Consiste na apuração de todos os custos, fixos e variáveis, à produção do período. Os gastos que não pertencem ao processo produtivo (despesas) são excluídas.

A distinção principal no Custeio por Absorção é entre custos e despesas. A separação é importante porque as despesas são jogadas imediatamente contra o resultado do período, e tratamento igual só recebem os custos dos produtos vendidos. Já os custos dos produtos em elaboração e os custos dos produtos acabados e não vendidos estarão ativados nos estoques destes produtos.

- 2) Custeio Variável (ou Direto). Só são apropriados à produção os custos variáveis. Os custos fixos são jogados diretamente à conta de resultados

(juntamente com as despesas) sob a alegação (fundamentada) de que estes ocorrerão independentemente do volume de produção da empresa.

Uma vez que os custos variáveis são inevitavelmente necessários, sua dedução da receita identifica a Margem de Contribuição do produto, sem nenhuma interferência de manipulação devido aos critérios de rateio dos custos fixos.

- 3) Custo-Padrão é um custo estabelecido pela empresa como meta para os produtos de sua linha de fabricação, levando em consideração as características tecnológicas do processo produtivo de cada um, a quantidade e os preços dos insumos necessários para a produção e o respectivo volume desta. Custo Padrão estimado é aquele determinado simplesmente através de uma projeção, para o futuro, de uma média dos custos observados no passado, sem qualquer preocupação de se avaliar se ocorrerem ineficiências na produção, exemplo: se o nível de desperdício dos materiais poderia ser diminuído, se a produtividade da mão-de-obra poderia ser melhorada, se os preços pagos pelos insumos poderiam ser menores.

2.4.4 Departamentalização

Os departamentos podem ser divididos em dois grupos: Departamentos de Produção e Departamentos de Serviços.

Na maioria das vezes um Departamento é um Centro de Custos, ou seja, nele são acumulados os custos indiretos para posterior alocação aos produtos (Departamentos de Produção) ou a outros Departamentos (Departamentos de Serviços). Necessariamente um Departamento nem sempre é formado por um único Centro de Custos. O Centro de Custos é, portanto, uma unidade mínima de acumulação de custos, embora, não seja necessariamente uma unidade administrativa, isto só ocorre quando ele coincide com o próprio Departamento.

Os objetivos da departamentalização dos custos são:

- Melhor controle dos custos;
- Determinação mais precisa do custo dos produtos.

Segundo Martins (2003, p. 187):

Departmentalização é a unidade mínima administrativa constituída, na maioria dos casos, por homens e máquinas desenvolvendo atividades homogêneas. Deve haver sempre um responsável pelo Departamento. Esta é uma forma de controle da contabilidade de custos.

Exemplo:

- A matéria-prima na área de produção;
- Os fretes na área de comercialização.

2.4.5 Margem de contribuição

O termo Margem de Contribuição tem significado igual ao termo Ganho Bruto sobre as Vendas. Isso indica o quanto sobra das vendas para pagar as despesas fixas e gerar lucro.

Conforme Martins (2003, p.188):

Margem de Contribuição por Unidade é a diferença entre o preço de venda e o custo variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa, de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser imputada sem erro.

“É a diferença entre a Receita e o Custo Variável de cada produto. É o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e lhe pode ser imputado sem erro.” (MARTINS, 2003)

A Margem de Contribuição, sem erro, somente é possível no Custeio Variável (Direto), pois nele os Custos Fixos não são apropriados ao produto, e sim são jogadas integralmente no resultado. E isto proporciona uma melhor análise do custo do produto, não incorrendo em problemas de rateio dos custos diretos.

Os custos totais variáveis aumentaram proporcionalmente com o volume das vendas, ao passo que o custo variável unitário ficou constante.

O custo fixo total é constante para estes níveis de atividade, enquanto que o unitário varia conforme muda a quantidade vendida. Quanto maior for o volume vendido, menor será o custo fixo unitário, e quanto menor for, maior será o Lucro Líquido.

Para uma empresa ter lucro, a Margem de Contribuição deverá cobrir e exceder os Custos Fixos, caso contrário ela terá prejuízos.

2.4.6 Ponto de equilíbrio

Segundo Leone (2000, p. 38): “Ponto de equilíbrio, é o ponto de produção de vendas em que os custos se igualam às receitas. Pode ser representado graficamente, porém não é normalmente aplicado em função de não ser de análise precisa.”

Sendo assim, o ponto de equilíbrio é obtido quando há volume monetário físico, suficiente para cobrir todos os custos e despesas fixas, ou seja, o ponto em que não há lucro ou prejuízo contábil é o ponto de igualdade entre a receita total e o custo total.

Para Gitman (1997, p. 419): “O ponto de equilíbrio operacional (PEO) de uma empresa é o nível de vendas necessário para cobrir todos os custos operacionais. O primeiro passo para encontrar o ponto de equilíbrio operacional é dividir o custo das mercadorias vendidas e despesas operacionais em custos operacionais fixos e variáveis”.

Formula para determinação do ponto de equilíbrio operacional:

$$PEo = \frac{F}{PVu - CVu}$$

Onde:

PEo = Ponto de equilíbrio operacional em unidades

F = Custo fixo operacional total

PVu = Preço de venda unitário

CVu = Custo variável unitário

“O ponto de equilíbrio financeiro (PEF) informa o quanto à empresa terá que vender para não ficar sem dinheiro e, conseqüentemente, ter que tomar empréstimos, prejudicando ainda mais sua lucratividade. Se a empresa estiver operando abaixo do ponto de equilíbrio financeiro, ela poderá até mesmo cogitar uma interrupção temporária de suas atividades.” (GITMAN, 1997).

O ponto de equilíbrio financeiro não considera o valor da depreciação das máquinas e equipamentos. Representa o ponto de equilíbrio mais baixo e obviamente o primeiro a ser atingido.

“O ponto de equilíbrio econômico (PEE) ocorre quando existe lucro na empresa, o qual busca comparar e demonstrar o lucro em relação à taxa de

atratividade que o mercado financeiro oferece ao capital investido. Um dos mais importantes aspectos da análise do ponto de equilíbrio é a sua utilidade nos planos para o futuro.” (GITMAN, 1997).

O interesse em pesquisar sobre a necessidade do orçamento na empresa surgiu ao verificar que muitas delas estão passando por dificuldades financeiras e recorrem a instituições financeiras para obter empréstimo para capital de giro.

Sabe-se que muitas empresas são constituídas sem analisar previamente as condições e despesas necessárias para o início de suas atividades, e depois que começam a trabalhar é que percebem a dificuldade de capital de giro e de estrutura para o desenvolvimento de seu trabalho.

2.5 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Conforme Tavares (1991): “A primeira etapa do desenvolvimento do conceito de planejamento e orçamento pode ser delimitada até a década de 1950, contemplando o planejamento e orçamento financeiro.”

As empresas, baseadas na previsão de receitas, estimavam os vários gastos, classificando-os e os distribuindo em rubricas específicas. Esse processo enfatizava o controle dos gastos previamente orçados, baseados em dados históricos, assumindo que os mesmos se repetiriam.

No princípio da década de 1960 houve significativas modificações na concepção do planejamento, com o enfoque a longo prazo, baseado na crença de que o futuro pode ser melhorado por uma intervenção ativa no presente.

Para tanto, tornava-se necessário estimar o futuro a partir da projeção de indicadores atuais e passados. Essa perspectiva tinha por base o modelo econômico americano, onde prevalecia a relativa estabilidade do crescimento da economia e a manutenção dos indicadores econômicos.

Três tipos de previsões eram realizados:

- Uma projeção de referência, para indicar o que pode acontecer a uma organização se nada for feito;
- Uma projeção desejável, para indicar onde a organização poderia chegar se todas as suas aspirações fossem cumpridas;
- Uma projeção planejada, para descrever onde a empresa deveria

chegar efetivamente para atingir suas aspirações.

“Planejar é estabelecer com antecedência as ações a serem executadas. Estimar os recursos a serem empregados e definir as atribuições de responsabilidades em relação a um período futuro determinado, para que sejam alcançados satisfatoriamente os objetivos porventura fixados para uma empresa e suas diversas unidades.” (BRAGA, 1998)

Segundo Telo (2001): “O conceito de Planejamento Financeiro e sua importância como instrumento de gestão nas empresas apresenta seus benefícios, ou seja, pontos positivos e negativos, além de identificar as características da implantação nas empresas de pequeno porte e estruturas familiares.”

Para Robbins (2001, p. 116): “O planejamento é a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma estratégia global para alcançar essas metas e o desenvolvimento de uma hierarquia de planos abrangentes para integrar e coordenar atividades”.

“O Planejamento é um processo de reflexão que leva à tomada de decisões hoje sobre o que é desejado que aconteça no futuro. O planejamento é essencialmente um processo de criar o futuro que é esperado para a empresa. O planejamento é também o modo pelo qual são definidos os caminhos que devem ser seguidos para atingir esses futuros desejados.” (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 1998)

Entende-se que o planejamento é de suma importância na visão do administrador que exercita em toda a extensão suas habilidades, conhecimentos, criatividade, sabedoria e intuição. É a circunstância também que exige dele coragem, ousadia e a capacidade de assumir riscos.

“O planejamento é ainda um processo que envolve avaliação e tomada de decisão em face de cenários prováveis, visando à definição de um plano para se chegar a uma situação futura desejada, a partir de informações sobre as variáveis do ambiente, crenças e valores, missão, modelo de gestão, estrutura organizacional preestabelecida e a noção e consciência da responsabilidade social, que configuram a situação atual.” (SANTI FILHO, 1998)

“O planejamento busca o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos e metas

empresariais para oportunizar a tomada de decisão no futuro, de modo mais fácil, rápido, coerente e efetivo.” (MARION, 1998)

Sendo assim, “[...] o objetivo do planejamento está no desenvolvimento de processos, mecanismos e atitudes administrativas, viabilizando a avaliação das implicações futuras das decisões presentes em função dos objetivos da organização, e tornando possível a tomada de decisões no futuro, de modo mais rápido e eficiente.” (PELEIAS, 2003)

Entende-se que o planejamento identifica e busca o resultado traçado como meta, isto é, o planejamento é mais amplo e geral que o orçamento. O orçamento empresarial está ligado ao conceito de planejamento, tendo como finalidade identificar de forma detalhada cada atividade planejada na organização visando atingir o resultado final pretendido.

2.6 ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Segundo Welsch (1998): “O grande atributo que o Orçamento tem é de ser um poderoso instrumento que tem o objetivo claro e transparente de diminuir o tempo de decisão para eventuais dúvidas e de ser o grande orientador da empresa.”

A sofisticação, entretanto, está calcada no conhecimento de quem prepara o Orçamento, tanto em projeções financeiras, quanto na sensibilidade de mercado para poder, nos períodos apropriados, perceber possíveis alterações de vendas, compras, o aumento de funcionários, dentre outras.

O Orçamento para Nakagawa (1993, p. 68):

É a necessidade que a empresa tem de comunicar a seus gerentes os planos de ação, que, se forem executados de acordo com as políticas e diretrizes neles embutidos, deverão dar origem a resultados, que, em termos econômicos e financeiros, deverão corresponder às metas e aos objetivos programados e que possibilitarão à empresa atingir sua missão e propósitos básicos.

O orçamento é um dos passos mais cruciais para a garantia da continuidade de uma empresa, pois consiste em uma série de apostas disponibilizadas a fazer com base no que se espera acontecer em cada setor e no mercado em geral.

Sanvicente (1997, p.213) diz que: “O orçamento representa a expressão quantitativa, em unidades físicas, medidas de tempo e valores monetários dos planos elaborados para o período subsequente, em geral de doze meses.”

A Gestão Orçamentária não é um procedimento isolado que sai da cabeça de uma única pessoa. É um conjunto de esforços que tem o objetivo de maximizar os resultados, dentro dos parâmetros da ciência e da lei.

2.6.1 Aplicação orçamentária

“A necessidade de compreender as metas e a posição da empresa frequentemente é satisfeita quando se inicia o processo orçamentário com um manifesto geral do presidente a seus subordinados. Este manifesto baseia-se em um exame completo das perspectivas para a economia nacional e a indústria, desenvolvimentos e situações políticas, tendências e atividades sociais, tudo em relação aos objetivos e diretrizes da empresa.” (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 1998)

Segundo Lukes (2008); “Com o aumento das complexidades das atividades, que passou a exigir das empresas uma maior quantidade de informações para controlar seus processos produtivos e tomar decisões nos níveis estratégicos e operacionais. Destacam-se os diferentes tipos de orçamentos como: Empresarial; Contínuo; Base Zero; Flexível; Por Atividades; Perpétuo; além do *Balanced Scorecard*, que serve de apoio ao processo de planejamento e controle.

“O manifesto pode indicar que, como resultado deste exame, o executivo principal acredita que está na época de expandir, de desenvolver novos produtos, de acrescentar novos canais de distribuição, ou prosseguir em programas de expansão ou diversificação. Ou, sob outras circunstâncias, pode indicar a necessidade de economizar, de haver tratamento mais cuidadoso dos recursos, de seguir menos vigorosamente novas maneiras de expandir as operações.” (HOJI, 2001).

Em suma, complementa-se que o orçamento identifica os insumos necessários para atingir os objetivos desejados.

2.6.2 Finalidade

“A finalidade do orçamento é criar o tom e a amplitude geral do programa da empresa. Estas idéias podem ser discutidas, reformuladas ou tomadas mais específicas no nível de administração de cúpula, por intermédio de um comitê executivo ou de um comitê de orçamento e finanças, onde os principais dirigentes (administradores de cúpula, de linha e de assessoria) trabalhem em conjunto para validar ou esclarecer as propostas gerais.” (WELSCH, 1998)

O Orçamento Geral para Hoji (2001, p. 358):

A estratégia da empresa é evidenciar, por meio de um conjunto integrado por orçamentos específicos, subdivididos em quadros (suborçamentos), onde estão refletidas quantitativamente as ações e políticas da empresa, relativas a determinados períodos futuros.

Após a apresentação do papel desempenhado pela elaboração de orçamentos na função geral de planejamento, não se pode deixar de citar sobre a outra face do processo administrativo mais amplo e do uso do orçamento como instrumento de controle.

2.6.3 Função do orçamento empresarial

O processo de orçamento é freqüentemente feito em departamentos estanques, com as várias unidades preparando seus orçamentos de acordo com as orientações vindas do topo da administração.

“O orçamento é talvez o mais importante processo de planejamento da empresa. Mas os objetivos e metas da empresa quase nunca são bem repassados aos escalões mais baixos.” (WELSCH, 2001).

Entende-se que orçamentos são planos feitos para o futuro. Como todos os planos exigem específicas e relevantes previsões e expectativas sobre o futuro. Prever o futuro geralmente é uma tarefa difícil e desagradável. O futuro é um alvo móvel e um adequado orçamento deveria refletir incerteza e risco.

“Orçamentos são usados para monitorar e controlar operações e atividades. O processo de orçamento precisa ser um traçado geral capaz de distinguir os eventos controláveis dos eventos incontroláveis. Desta forma, orçamentos são

baseados em dados contábeis e expressos em termos financeiros. Muitos administradores não têm uma boa formação contábil e isto torna a atividade de orçamento, às vezes, sem nexo e de pouca utilidade prática. Finalmente, o processo de orçamento consome muito tempo das pessoas, o que contribui ainda mais para sua rejeição. Volumes e mais volumes de planilhas precisam ser preparadas e conciliadas.” (SANVICENTE, 2006)

“As empresas precisam de um método para juntar ao plano de negócios – missão, visão, crenças, resultados, estratégias, objetivos e táticas – com suas atividades atuais. Este é o papel do orçamento empresarial. Por recompensa o orçamento empresarial fornece o mecanismo para assegurar a correta medição dos custos e controle das atividades da empresa. Ao mesmo tempo, ele expressa, em termos financeiros, as estratégias e táticas da empresa, mensurando, ainda, a *performance* econômica e financeira. Sem clareza, com ambigüidade nas premissas vindas dos planejadores, o orçamento estará invariavelmente errado.” (WELSCH, 2001).

“O orçamento empresarial precisa refletir o nível do plano e o tempo envolvido. Planos estratégicos representam o mais alto nível do planejamento e são desenvolvidos pelos administradores do topo da empresa usando o caminho *top-down*. São designados a implementar as metas e objetivos de longo prazo da empresa. Planos táticos são preparados usando o caminho *bottom-up* e têm um horizonte de curto prazo. São mais detalhados que os planos estratégicos e são freqüentemente preparados por departamentos e/ou nível de atividade.” (WELSCH, 2001).

O plano estratégico é para a empresa como um todo, mas o plano tático descreve como os vários departamentos e atividades esperam realizar as metas estratégicas e objetivos traçados. Pode-se perceber a existência de uma íntima ligação entre os dois.

O ideal é que o orçamento empresarial flua naturalmente e seja um processo bem coordenado com uma boa comunicação entre o topo da empresa e sua base operacional para que esta última esteja bem sintonizada com os objetivos da organização como um todo.

2.7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações financeiras é a forma de evidenciar um conjunto de contas em decorrência de fatos contábeis ocorridos no período, a partir das demonstrações de uma entidade é possível fazer uma análise e saber a situação da empresa e que decisão tomar.

Segundo as leis 6.404/76 e 11.638/07 as demonstrações financeiras são obrigatórias e devem ser apresentadas e divulgadas pelas sociedades por ações (S/A) e equiparadas, porem serve de parâmetro para as demais empresas, pois os conceitos das S/A's são aceitos pelas instituições reguladoras da contabilidade.

Lemes Junior (2002, p.59) diz que: “As demonstrações financeiras constituem um conjunto de informações sobre as atividades financeiras das empresas e objetivam o resumo e a documentação das movimentações econômicas e financeiras”; e são realizadas através de relatórios anuais obrigatórios.

As empresas apresentam usos muito diferentes para os registros e relatórios padronizados de suas atividades financeiras. Periodicamente, é necessário preparar e entregar relatórios a órgãos reguladores, credores (fornecedores de recursos financeiros), proprietários e administradores. As quatro principais demonstrações financeiras para divulgação aos acionistas de acordo com Gitman (2002, p.36) são: “A Demonstração do Resultado do Exercício; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Lucro Retido; e a Demonstração de Fluxos de Caixa.”

A Lei das S.A. estabelece que, ao fim de cada período social (12 meses), a diretoria deve elaborar e publicar, com base na escrituração contábil, as demonstrações financeiras (ou demonstrações contábeis) relacionadas a seguir:

- Balanço Patrimonial (reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado).
- Demonstração de Resultado do Exercício (evidencia a formação do resultado líquido de um exercício, através do confronto das receitas, custos e despesas apuradas sob regime de competência).
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido).

- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (evidencia as origens de recursos que ampliam o capital circulante líquido e as aplicações de recursos que o consomem).

Além desses, algumas empresas elaboram e divulgam relatórios contemporâneos, como Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Balanço Social.

2.7.1 Conversão das demonstrações financeiras

Com um crescimento mundial das organizações comerciais originou-se a necessidade de conversão de balanços, pois os acionistas e sócios das entidades necessitam saber se estão tendo lucro ou prejuízo com seus investimentos, além de que cada país adota uma norma de contabilidade geralmente aceita, necessitando de um padrão internacional para mensuração dos resultados, possibilitando uma comparação dos mesmos.

Para Junior (2005, p.43): “Face à globalização da economia, há uma necessidade mundial de que as praticas contábeis sejam harmonizadas. Para este fim, foi criado o Comitê Internacional de Padrões Contábeis, também conhecido como IASB (International Accounting Standards Bords) e através dele, em vários países, desenvolve-se ações para que as harmonizações ocorram.”

Conforme Junior (2005, p.47): “A partir de 2002, o IASC mudou para IASB e os pronunciamentos passaram a ser denominados IFRS – International Financial Reporting Standards, os quais são adotadas por aproximadamente 92 países, incluindo os 25 países membros da EU (União Européia), além de também ser solicitado pela BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) para as empresas com registro de Novo Mercado e no Nível II da governança corporativa.”

Havendo esta harmonização para a conversão de balanços, num padrão internacional de fácil entendimento, e com normas semelhantes em vários países, têm alguns objetivos específicos, conforme Junior (2005, p.121) explica como se pode ver abaixo:

- “Obter demonstrações contábeis em moeda forte, não sujeita aos efeitos da inflação;”

- “Permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento de seu investimento, já que as demonstrações convertidas estarão expressas na moeda corrente de seu próprio país;”
- “Possibilitar a aplicação do método da equivalência patrimonial sobre os investimentos efetuados em diversos países;”
- “Possibilitar a consolidação e combinações de demonstrações contábeis de empresas situadas em diversos países.”

Entende-se que as demonstrações contábeis dos investimentos em subsidiárias devem ser consolidadas com as demonstrações contábeis da matriz. Para tanto, é necessário que as demonstrações das subsidiárias estejam na mesma moeda da matriz e de acordo com os mesmos princípios e critérios contábeis. A combinação de demonstrações contábeis ocorre quando há a fusão de duas ou mais empresas.

Além da conversão das demonstrações contábeis tem-se a contabilidade em moeda estrangeira, referente à conversão das demonstrações. Junior (2005, p.122) diz que: “A empresa mantém sua contabilidade em moeda nacional de acordo com os princípios contábeis brasileiros e somente no final do exercício, [...] aplica os procedimentos de conversão” já para a contabilidade em moeda estrangeira, Junior (2005, p.123) afirma que: “As operações são convertidas para a moeda estrangeira à medida que ocorrem e registradas em sistema contábil próprio, apurando ao término do exercício as demonstrações contábeis em moeda estrangeira, não havendo a necessidade de nenhuma conversão.”

Para a conversão de balanços, necessita-se usar um parâmetro de conversão entre as moedas dos países das entidades envolvidas. Segundo Junior (2005, p.123): “Para converter um saldo contábil ou uma operação em moeda local para a moeda estrangeira, é necessária a determinação de uma taxa de câmbio”, o quadro 3 apresenta algumas das taxas de câmbio mais utilizadas:

QUADRO 3: TAXAS DE CONVERSÃO

Taxa Histórica	Taxa de câmbio vigente na época de ocorrência do fato. Por exemplo: o custo da aquisição de um imóvel em 15 de outubro de 20xA seria convertido para a moeda americana pela taxa de câmbio vigente nessa data e mantido na contabilidade em moeda americana por esse valor.
Taxa Corrente	Taxa de câmbio vigente no dia que determinada operação está sendo realizada ou em que o exercício social está sendo encerrado (neste caso, também é chamada de taxa de câmbio de fechamento). Por exemplo: quando a empresa mantém contabilidade em moeda estrangeira, as operações de pagamentos e recebimentos serão convertidas pela taxa de câmbio vigente na data de cada uma dessas operações.
Taxa de Fechamento	Taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis. Por exemplo: o saldo de caixa existente na data do balanço será convertido pela taxa de câmbio vigente nessa data para representar o equivalente em moeda estrangeira.
Taxa Média	Média aritmética ponderada das taxas de câmbio vigentes durante determinado período, normalmente um mês, apurada por média aritmética ponderada, de forma que melhor represente a evolução das taxas de câmbio durante o período. Por exemplo: as vendas de determinado mês seriam convertidas pela taxa média ponderada desse mesmo mês.
Taxa Projetada ou Prevista	Apesar de não prevista no FAS 52, algumas empresas estão utilizando taxas projetadas para datas futuras, principalmente em economias hiperinflacionárias. Essas taxas são utilizadas para converter itens com valor fixo em moeda nacional e vencimentos futuro. Por exemplo: uma duplicata a pagar ou a receber, existente na data do balanço ou balancete, com vencimento futuro, seria convertida pela taxa de câmbio estimada para a data de vencimento de cada duplicata.
Valor da Taxa de Câmbio	Geralmente, é utilizada a taxa de venda de câmbio comercial praticada pelo governo. Entretanto, quando há grande diferença entre a taxa de câmbio comercial e a taxa de câmbio oficial, é comum a utilização de uma taxa de câmbio praticada no exterior e informada pela matriz. No caso de contabilidade em moeda estrangeira apenas para fins gerenciais, a empresa deve escolher a taxa que seja mais conveniente para seus objetivos.

Fonte: Junior (2005).

2.8 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações financeiras ou contábeis é a técnica contábil que consiste na decomposição, comparação e interpretação das demonstrações contábeis.

A análise do ponto de vista financeiro leva em consideração o fluxo de caixa. Nesse sentido, são considerados aspectos como, por exemplo, a capacidade de pagamento das obrigações.

Para Rigo, Junior, Cherobim (2002, p. 74):

A análise das Demonstrações Financeiras é um instrumento utilizado por acionistas, credores efetivos e potenciais e administradores para conhecer a posição e a evolução financeira da empresa através de índices financeiros, que são grandezas comparáveis obtidas através de valores monetários absolutos.

Os processos mais utilizados na análise das demonstrações contábeis são: Análise Horizontal e Análise Vertical.

Também denominada de Análise da Estrutura, a análise vertical envolve a relação entre um elemento e o grupo de que ele faz parte. Relaciona a parte com o todo. A análise vertical envolve elementos homogêneos, mas relativos a um mesmo exercício. De acordo com Ribeiro (1997): “A análise vertical consiste na determinação da porcentagem de cada conta ou do grupo de contas em relação ao seu conjunto. Este processo é também conhecido por Análise de Coeficientes”.

A análise vertical tem a finalidade de fornecer a representatividade em percentual de cada conta em relação à demonstração contábil a que pertence.

A análise horizontal consiste em verificar a evolução dos elementos patrimoniais ou de resultado durante um determinado período. Possibilita a comparação entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas em diferentes exercícios sociais. Os elementos de comparação são homogêneos, mas os períodos de avaliação são diferentes. São necessários pelo menos dois exercícios para efeito de comparação dos mesmos elementos em demonstrações de períodos distintos.

Segundo Sanvicente (1987, p.172): “Entende-se por análise horizontal de demonstrações financeiras o acompanhamento da evolução, no tempo, de um dado item de uma demonstração. Conseqüentemente, ela envolve o cálculo de porcentagens de variação de cada item considerado, entre um ano (ou período) e outro, quando se trata de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados.”

A Análise Horizontal é calculada como a seguir:

$$\text{Análise Horizontal} = \left(\frac{\text{Conta do Exercício Atual}}{\text{Conta do Exercício Anterior}} - 1 \right) \times 100$$

2.8.1 Análise da situação financeira

Índices de Liquidez têm por objetivo avaliar a capacidade de pagamento das

exigibilidades. Interessam aos credores na avaliação dos riscos na concessão de novos créditos e na análise das perspectivas de recebimento dos créditos já concedidos.

Para Gitman (2001, p.134),

Os Índices de Liquidez ou solvência são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, constituem uma apreciação sobre a capacidade de saldar seus compromissos com terceiros (Passivo Exigível). Esses Índices são avaliados pelo critério de “quanto maior, melhor”, e não medem a efetiva capacidade da empresa liquidar seus compromissos nos vencimentos, mas apenas evidenciam o grau de solvência em caso de encerramento das atividades.

Um alto índice de liquidez não representa, necessariamente, boa saúde financeira. O cumprimento das obrigações nas datas previstas depende de uma adequada administração dos prazos de recebimento e de pagamento. Uma empresa que possui altos índices de liquidez, mas mantém mercadorias estocadas por períodos elevados, recebe com atraso suas vendas a prazo ou mantém duplicatas incobráveis nas Contas a Receber, poderá ter problemas de liquidez, ou seja, poderá ter dificuldades para honrar seus compromissos nos vencimentos. É importante avaliar a qualidade dos ativos.

2.8.1.1 Liquidez Imediata

“O índice de liquidez imediata é calculado dividindo-se as disponibilidades pelo passivo circulante. Ele apura a capacidade da empresa de saldar seus compromissos, no curto prazo, sem que, para isso, tenha de vender suas mercadorias ou receber suas duplicatas.” (GITMAN, 2007)

Conforme Ludícibus (1998): “O índice de liquidez imediata revela a capacidade da empresa em pagar todos os seus compromissos de curto prazo, ou seja, quanto à empresa possui de dinheiro em caixa ou em bancos para cada real do passivo circulante.”

2.8.1.2 Liquidez Corrente

“O índice de liquidez corrente/comum compara ativo circulante e passivo circulante. A relação é o ativo circulante dividido pelo passivo circulante e serve para mostrar quanto à empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano para garantir o pagamento de suas dívidas vencidas no mesmo período. Serve para verificar se há recursos em giro suficiente para o resgate dos compromissos em curto prazo. Quanto maior o número apurado maior a liquidez.” (GITMAN, 2007)

Conforme Assaf (2002): “A liquidez corrente é um dos índices mais utilizados em análise econômico-financeira, pois reflete a capacidade de pagamento da empresa em relação a cada unidade monetária que deve no mesmo período. Um índice acima de R\$1,00 é considerado positivo e quanto maior a liquidez corrente, mais alta é a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.

Para Ludícibus (1998, p.100): “O índice de liquidez corrente relaciona quantos reais dispôs, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo.” É um índice muito divulgado e freqüentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa. É preciso considerar que no numerador estão incluídos itens tão diversos como: disponibilidades, valores a receber a curto prazo, estoques e certas despesas pagas antecipadamente. No denominador, estão incluídas as dívidas e obrigações vencíveis a curto prazo.

2.9.1.3 Liquidez Seca

“O índice de liquidez seca é calculado com a mesma fórmula do índice de liquidez corrente, mas os estoques são excluídos (ativo circulante – estoques / passivo circulante). Apura a capacidade da empresa de saldar seus compromissos, no curto prazo, sem que, para isso tenha de vender suas mercadorias, desfazer de seus estoques. Serve para verificar até que ponto uma retração nas vendas afetará a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo.” (GITMAN, 2007).

Para Assaf (2002): “O quociente da liquidez seca demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de

itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.”

Segundo Gitman (2004): “O índice de liquidez seca é parecido com o índice corrente, com a única diferença que este índice exclui os estoques do ativo circulante da empresa, por ser geralmente o ativo de menor liquidez.”

2.8.1.4 Liquidez Geral

“Esse índice oferece uma visão global do grau de solvência da entidade detectando a saúde financeira de longo prazo do empreendimento. É através dele que verifica se os recursos financeiros do Ativo Circulante e do Ativo Realizável a Longo Prazo são suficientes para cobrir as obrigações assumidas.” (MARTINS, 2007)

De acordo com Matarazzo (2003): “[...] representa o quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total. Permite ao analista fazer análises de liquidez em relação ao Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo frente a certas quantidade de obrigações de curto e longo prazo.”

2.8.2 Análise da situação estrutural

Este grupo de índices evidencia a situação financeira da empresa, isto é, procura apontar os grandes caminhos das decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos, bem como demonstrar o nível de endividamento.

Um aspecto importante a se destacar é que o sucesso de muitas empresas depende do sucesso da administração financeira das mesmas, especialmente de um bom gerenciamento, a fim de se obter um equilíbrio, na estrutura de capitais, entre os recursos de terceiros e os recursos próprios.

2.8.2.1 Participação do Capital de Terceiros

Participação de Capitais de Terceiros indica a proporção de dependência da empresa de recursos de terceiros (exigíveis) em relação ao capital próprio investido.

2.8.2.2 Composição das Exigibilidades

Indica como os recursos de terceiros estão classificados no passivo da empresa, ou seja, o quanto da dívida está no curto e no longo prazo.

2.8.2.3 Imobilização de Patrimônio Líquido

Indica qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada, ou que não está em giro. Revela o quanto a empresa aplicou no ativo permanente com relação a seu patrimônio líquido.

2.8.2.4 Capitalização

Esse índice permite mensurar a relação entre o patrimônio líquido e o total de recursos.

2.8.3 Análise da situação econômica

De acordo com Gitman (2007, p. 52,): “O índice de rentabilidade permite ao analista avaliar os lucros da empresa em relação a certo nível de vendas, a certo nível de ativos ou ao volume de capital investido pelos proprietários.”

Os índices de rentabilidade segundo Ribeiro (1999, p.146): "Servem para medir a capacidade econômica, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa [...]", "[...] obtendo como resultado do

relacionamento entre o lucro periódico com os outros elementos dos demonstrativos contábeis." (MATARAZZO, 2003, p.189)

2.8.3.1 Margem Líquida

Para Gitman (1997, p. 122): "A margem líquida mede a percentagem de cada unidade monetária de venda que restou, depois da dedução de todas as despesas, inclusive o imposto de renda. Quanto maior for a margem líquida da empresa, melhor. A margem líquida é uma medida bastante citada para indicar o sucesso da empresa em termos da lucratividade sobre vendas."

2.8.3.2 Rentabilidade do Ativo

De acordo com Matarazzo (1998, p.185): "Este índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa. Não é exatamente uma medida de rentabilidade do capital, mas uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se."

Conforme Ribeiro (2003): "A interpretação deste índice deve ser direcionada para verificar o tempo necessário para que haja retorno dos capitais totais (próprios e de terceiros) investidos na empresa." "[...] desta forma o potencial de geração de lucro da empresa, mostra uma medida de capacidade em gerar lucro líquido e assim poder se capitalizar." (MATARAZZO, 2003, p.179)

2.8.3.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O papel desse índice Segundo Matarazzo (2003, p.181) é:

A Rentabilidade do patrimônio líquido tem a função de mostrar qual a taxa de rendimento do capital próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como a caderneta de poupança, letras de câmbio, ações, aluguéis, fundos de investimentos, etc.

Com isso se pode avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

De acordo com Iudícibus (1998, p.116): "O quociente de retorno sobre o patrimônio líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas".

Desta forma, "[...] mostra o retorno sobre o capital próprio investido, ou seja, quantos anos serão necessários para que os proprietários obtenham de volta o valor do capital que investiram na empresa." (RIBEIRO, 2003)

2.8.3.4 Produtividade

Esse índice permite verificar quanto à empresa, vendeu para cada unidade monetária de aplicação total (Ativo Médio).

3 ANÁLISE DA *PERFORMANCE* EMPRESARIAL

3.1 CICLOMETRIA

Segundo Fleuriot (2003): “A análise e o controle da ciclotria têm por finalidade fixar um volume médio de capital aplicado ou de origem que se renova ou substitui durante um determinado período. Constitui-se em um problema para o qual as administrações empresariais eventualmente dedicam a atenção devida, estando relegado a um plano secundário, o que conduz às mais variadas distorções financeiras, quer na aplicação, quer na origem dos capitais.”

3.2 RECLASSIFICAÇÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DAS CONTAS

Entende-se que o balanço contém todas as contas que compõem o seu ativo e passivo. Sendo assim, certas contas do ativo e passivo renovam-se constantemente à medida que se desenvolvem as operações da empresa.

De acordo com Fleuriot (2003; p.27): “[...] procede no sistema de classificação das contas diferenciado do sistema tradicional, adaptando mais para fins da análise da dinâmica financeira, conforme a seguir:

- **Ativo** – Contas Erráticas do Ativo ou Cíclicas Financeiras (ACF): são contas de curto prazo não necessariamente renováveis ou ligadas à atividade operacional da empresa;
- **Ativo** – Contas Cíclicas do Ativo (ACC): são contas de curto prazo, renováveis e ligadas à atividade operacional da empresa;
- **Ativo** – Contas Não Cíclicas do Ativo (ANC): são contas que representam aplicações por prazo superior a 1 (um) ano;
- **Passivo** – Contas Erráticas do Passivo ou Cíclicas Onerosas (PCO): são contas de curto prazo não necessariamente renováveis ou ligadas à atividade operacional da empresa;
- **Passivo** – Contas Cíclicas do Passivo (PCC): são contas de curto prazo, renováveis e ligadas à atividade operacional da empresa;

- **Passivo** – Contas Não Cíclicas do Passivo (PNC): São contas que compõem o passivo permanente da empresa.”

3.3 ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA

“Em termos de implementação, o modelo pressupõe a mensuração de variáveis características da gestão financeira das empresas. Para isso, faz-se necessário a reclassificação das demonstrações financeiras para um modelo funcional, cuja preocupação básica consiste em relacionar as diversas contas, não somente pela dimensão temporal, mas também pelo relacionamento dessas com o desenvolvimento das atividades operacionais”. (FLEURIET, 2003)

No Modelo Fleuriet, a reclassificação do Balanço Patrimonial deve levar em consideração o fator curto e longo prazo e os níveis de decisão empresarial: estratégico, financeiro e operacional. Portanto, “[...] dividem-se os itens do Ativo e Passivo Circulantes (curto prazo) em Operacionais (cíclicos) e Financeiros (erráticos), enquanto que as contas de longo prazo serão classificadas como Permanente (não cíclico).” (FLEURIET, 2003).

3.3.1 Capital Circulante Líquido

“O conceito de Capital Circulante Líquido (CCL), em sua definição clássica, representa a aplicação de recursos obtidos pela diferença entre o ativo circulante - o passivo circulante. Corresponde a uma parcela do capital aplicado na empresa em seu ciclo operacional, praticamente de curto prazo, assumindo diferentes composições ao longo da atividade da empresa.” (FLEURIET, 2003)

O Capital Circulante Líquido (CCL) é a diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, estoques e despesas pagas antecipadamente) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar e outras exigibilidades do exercício seguinte) em determinada data.

3.3.2 Necessidade de Capital de Giro

A análise de capital de giro retrata o conjunto de ingressos e desembolsos de recursos financeiros de uma empresa no passado ou no futuro. Se tiver enfoque do futuro é uma peça de planejamento financeiro. Se referir-se ao passado é um importante informativo sobre as contas da empresa. A demonstração em questão é retrospectiva, ou seja, em relação ao passado. Neste sentido, ela discrimina todos os eventos, de forma sumarizada, que afetaram as disponibilidades de numerário, partindo do saldo inicial até chegar ao saldo final do caixa.

De acordo com Fleuri et (2003, p. 7):

Quando, no ciclo financeiro, as saídas de caixa ocorrem antes das entradas de caixa, a operação da empresa cria uma necessidade de aplicação permanente de fundos, que se evidencia no balanço por uma diferença positiva entre o valor das contas cíclicas do ativo e das contas cíclicas do passivo. Denomina-se Necessidade de Capital de Giro (NCG) esta aplicação permanente de fundos.

A necessidade de capital de giro é definida pela expressão:

$$\text{NCG} = \text{ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO (ACC)} - \text{PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO (PCC)}$$

A Necessidade de Capital de Giro é muito sensível as variações que ocorrem no ambiente econômico em que a empresa opera. Assim, variações como redução de crédito a fornecedores, aumento de estoque, etc., alteram em curto prazo a necessidade de capital de giro da empresa.

3.3.3 Saldo de Tesouraria

“O Saldo de Tesouraria (ST) é obtido pela diferença entre o ativo circulante financeiro e passivo circulante operacional. Quantifica e caracteriza o equilíbrio financeiro, qual seja, e que deve haver uma clara separação entre os investimentos permanentes que devem ser financiados por fontes permanentes e investimentos temporários por fontes temporárias.” (FLEURIET, 2003, p. 7)

Desta forma, torna-se importante observar que um saldo de Tesouraria positivo e elevado não significa necessariamente uma condição desejável para as

empresas; pelo contrário, pode significar que a empresa não está aproveitando as oportunidades de investimentos propiciadas por sua estrutura financeira, caso em que o ST “engorda” por falta de uma estratégia dinâmica de investimento e/ou por excesso de capital em função do tamanho econômico da empresa.

3.3.4 Investimento Operacional em Giro

“O Investimento Operacional em Giro (IOG) representa uma importante variável na análise da situação financeira de uma empresa, dado que pode apresentar saldo positivo ou negativo. Um saldo positivo pode não ser totalmente bom, pois pode ser gerado por excesso de estoque ou alto contas a receber, ou seja, empresas com ciclo financeiro mais curto direcionam investimentos menores em ativos circulantes operacionais, demandando, pelo maior giro de seus elementos menores necessidades de capital de giro.” (FLEURIET, 2003, p. 7).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Como metodologia foi utilizado o estudo de caso, tendo como base nas informações viabilizadas de uma empresa que atua no setor de comércio de equipamentos eletrônicos.

Segundo Gil (2009, p.17): “Pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.”

O tipo de pesquisa se refere à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, pelo modo como se obtém os dados. A pesquisa a ser desenvolvida se enquadra no método de estudo de caso, considerando que “[...] um estudo de caso tem como premissa o estudo aprofundado de um caso que tem os fenômenos a serem pesquisados verificados *in loco* pelo pesquisador” (BEUREN, 2005, p.84), situação essa que se adequa aos procedimentos adotados na pesquisa em questão.

Segundo GIL (2009; p. 121): “[...] o estudo de caso caracteriza-se pela grande flexibilidade. Isto significa que é impossível estabelecer um roteiro rígido que determine com precisão como deverá ser desenvolvida a pesquisa.”

Ainda com Gil (2009, p.18), diz que: “O pesquisador tem como principal qualidade pessoal, o conhecimento do assunto a ser pesquisado.”

Sendo assim, busca obter os dados de que precisa na observação, nas entrevistas e nos questionários, nas histórias, nos textos, nas empresas, nas organizações em geral e em tudo aquilo que lhe permita relacionar sobre processos e interações.

4.2 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Na pesquisa em questão, a coleta de dados se deu por meio da verificação das demonstrações contábeis da empresa referente aos anos de 2008 a 2010, as quais foram organizadas e analisadas. Outras fontes de pesquisa utilizadas foram informações contidas em *sítes* oficiais de organismos contábeis, artigos e outras publicações disponíveis na internet, periódicos e livros. Tratando-se assim de uma

pesquisa documental, sendo em sua maioria fontes de segunda mão, ou fontes secundárias, pois, de certa forma, estes documentos já receberam algum tipo de tratamento analítico.

As variáveis, neste caso, são os subconjuntos das demonstrações financeiras: Demonstrativo de Resultado Projetado e Balanço Patrimonial Projetado.

“A amostragem nos levantamentos sociais pode assumir formas diversas, em função do tipo de população e de sua extensão, dando condições materiais para a realização da pesquisa.” (GIL, 2009).

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os índices calculados foram analisados individualmente por meio de planilhas e gráficos e, posteriormente, em conjunto com os demais. Isso possibilitou verificar de forma analítica a situação econômico-financeira da empresa no período delimitado e, conseqüentemente, permitiu uma base sólida para detectar os pontos fortes e fracos, além da emissão de sugestões.

5 ESTUDO DE CASO: O CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL NA PERFORMANCE DA EMPRESA SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A empresa está registrada no regime de Lucro Presumido, conforme classificada na Receita Federal do Brasil e sua razão social se denomina Supercontrol Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda, entretanto, é conhecida no mercado pelo seu nome fantasia de Alarma Distribuidora de Equipamentos de Segurança, ou mais precisamente pelo seu *goodwill* “Alarma”.

Considerando fatores como: proximidade com os clientes, concorrência, fornecedores, vias de acesso e infra-estrutura, a Supercontrol está situada estrategicamente no Centro da cidade de Curitiba.

A Supercontrol, desde o início de suas atividades, apresenta-se como uma distribuidora de equipamentos de segurança, sendo reconhecida no mercado como a pioneira e uma das principais empresas do ramo de segurança no país. É distribuidora das conceituadas marcas mundiais *Samsung Electronics*, *Pelco*, *AdlerCCTV*, *Logix*, *Electronics Line*, entre outras. Alguns de seus produtos são importados de países como China e Israel.

5.2 HISTÓRICO DA EMPRESA

A Supercontrol iniciou suas atividades no ano de 1988, consolidando-se no segmento de segurança eletrônica, vendendo alarmes numa época em que as centrais se resumiam a circuitos eletrônicos presos em uma caixa de madeira. O surgimento coincidia com o desenvolvimento do mercado de segurança, que era impulsionado pelo aumento da demanda no Brasil. Atualmente é distribuidora de conceituadas marcas mundiais.

5.3 MERCADO DE ATUAÇÃO

A empresa Supercontrol atua no mercado de segurança, sendo a pioneira do segmento especializada em distribuição no país.

O setor de segurança no Brasil é considerado promissor pelas empresas que nele atuam, pois a valorização da segurança privada e pública, patrimonial e pessoal, pode ser vista, diariamente, nas grandes avenidas, pequenas ruas, condomínios, residências e veículos. São câmeras para vigilância em prédios, casas, estabelecimentos comerciais, bancos e indústrias, tecnologia embarcada para carros, equipamentos sofisticados e integrados, uma série de inovações tecnológicas desenvolvida para garantir a tranquilidade da sociedade. Dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) registram alta de aproximadamente 70% nos próximos três anos, chegando, em 2014, a cerca de US\$ 700 milhões em vendas.

De acordo com dados informados pela ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança), entidade representativa das empresas de sistemas eletrônicos de segurança de âmbito nacional, há no Brasil 10 mil empresas atuantes no segmento de sistemas eletrônicos de segurança, gerando aproximadamente 113 mil empregos diretos e mais de 1,3 milhão indiretos. Atualmente, existe cerca de 650 mil imóveis monitorados por sistemas eletrônicos de alarmes no país e nos últimos nove anos esse mercado vem crescendo com taxas médias de 13% anualmente. Em 2009, devido à crise mundial, o setor teve um crescimento de 7%, entretanto, no ano de 2010 o crescimento superou as expectativas, atingindo a marca de 15%, movimentando a ordem de US\$ 1,5 bilhão.

Para os anos de 2011 e 2012, as expectativas de crescimento do setor de segurança são promissoras, pois os analistas do mercado acreditam que seu crescimento mantenha o patamar de 15%, acima da média que mantinha antes da crise.

5.4 PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

O produto de uma empresa de acordo com Kotler (1999, p. 200): “(...) é a combinação de bens e serviços que a empresa oferece ao mercado alvo.” Os

principais produtos da Supercontrol são: Baterias; Caixas de Proteção; Cabos; Câmeras Color; Câmeras P/B; Centrais monitoradas; Centrais convencionais; Cerca elétrica; Conectores e Fontes; Domes; Lentes; GPRS / Ethernet; Sensores; e Speed Domes.

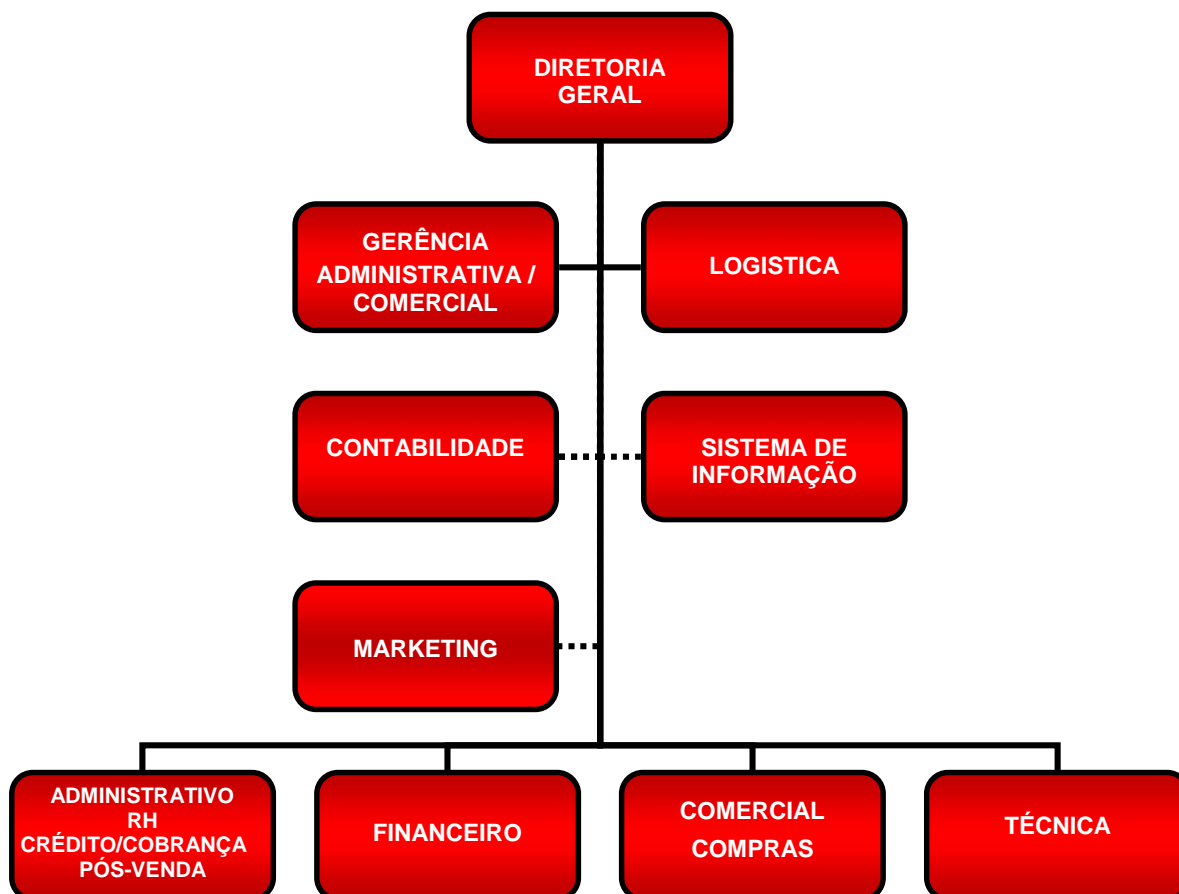
Quanto aos serviços prestados pela empresa destacam-se os de manutenções técnicas dos diversos equipamentos eletrônicos de segurança.

5.5 ORGANOGRAMA DA EMPRESA

Segundo SIMCSIK (2002, p. 198) “o organograma é uma espécie de diagrama usado para representar as relações hierárquicas dentro de uma organização, ou simplesmente a distribuição dos setores, unidades funcionais e cargos e a comunicação entre eles”.

Abaixo se apresenta o organograma da Supercontrol:

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DA EMPRESA SUPERCONTROL



Fonte: Fornecido pela Empresa.

5.6 METODOLOGIA DA ANÁLISE DE *PERFORMANCE* EMPRESARIAL

5.6.1 Análise financeira dos índices

A seguir demonstram-se os cálculos da Análise Vertical do Balanço Patrimonial das Contas Ativo e Passivo, bem como da Demonstração de Resultados do Exercício – DRE para comentário dos resultados da empresa:

TABELA 1: ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO E PASSIVO

ATIVO (Reais Mil)	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%
CIRCULANTE						
Disponibilidades	114.374	4,21	55.737	2,31	243.149	9,23
Contas a receber de clientes	467.825	17,22	396.584	16,45	469.993	17,84
Estoques	730.883	26,91	555.717	23,05	422.097	16,02
Outras contas a receber	106.324	3,91	114.913	4,77	219.947	8,35
Total do Ativo Circulante	1.419.406	52,25	1.122.950	46,57	1.355.186	51,44
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Investimentos temporários	1.250.000	46,02	1.250.000	51,84	1.250.000	47,45
Títulos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
Total do Realizável a Longo Prazo	1.250.000	46,02	1.250.000	51,84	1.250.000	47,45
Imobilizado	67.866	2,50	67.866	2,81	67.866	2,58
Depreciação	(20.847)	-0,77	(29.483)	(1,22)	(38.686)	(1,47)
Diferido	-	-	-	-	-	-
Total Ativo Permanente	47.019	1,73	38.383	1,59	29.180	1,11
TOTAL DO ATIVO	2.716.425	100,00	2.411.333	100,00	2.634.366	100,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Reais Mil)	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	12.135	0,45	468	0,02	19.993	0,76
Obrigações a pagar	9.484	0,35	51.864	2,15	45.062	1,71
Provisões do exercício	13.574	0,50	-	-	-	-
Total do Passivo circulante	35.192	1,30	52.332	2,17	65.055	2,47
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Débitos com sócios	14.680	0,54	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	14.680	0,54	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladas	-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	2.000.000	73,63	2.000.000	82,94	2.000.000	75,92
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	359.001	14,89	569.311	21,61
Lucro/prejuízo acumulado	666.552	24,54	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	2.666.552	98,16	2.359.001	97,83	2.569.311	97,53
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.716.425	100,00	2.411.333	100,00	2.634.366	100,00

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

TABELA 2: ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO - DRE

DEMONSTRAÇÕES (Reais Mil)	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%
RECEITA OPERACIONAL	2.359.764	100,00	2.513.535	100,00	2.469.135	100,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(363.396)	(15,40)	(401.354)	(15,97)	(438.892)	(17,78)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.996.368	100,00	2.112.181	100,00	2.030.243	100,00
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(1.487.067)	(74,49)	(1.642.090)	(77,74)	(1.533.611)	(75,54)
LUCRO BRUTO	509.301	25,51	470.092	22,26	496.633	24,46
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(209.184)	(10,48)	(130.974)	(6,20)	(73.790)	(3,63)
Despesas com pessoal	(55.820)	(2,80)	(59.987)	(2,84)	(52.394)	(2,58)
Despesas administrativas	(77.216)	(3,87)	(48.208)	(2,28)	(37.814)	(1,86)
Despesas tributárias	(19.116)	(0,96)	(9.054)	(0,43)	(117)	(0,01)
Despesas não dedutíveis	-	-	(1.421)	(0,07)	-	-
Despesas com vendas	(44.858)	(2,25)	(2.866)	(0,14)	(3.782)	(0,19)
Despesas financeiras	(19.404)	(0,97)	(31.439)	(1,49)	(19.459)	(0,96)
Receitas Financeiras	7.231	0,36	22.003	1,04	39.775	1,96
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	300.117	15,03	339.118	16,06	422.843	20,83
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(25.617)	(1,28)	(28.115)	(1,33)	(25.133)	(1,24)
Impos de Renda Pessoa Jurídica	(28.941)	(1,45)	(31.410)	(1,49)	(27.926)	(1,38)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	245.558	12,30	279.593	13,24	369.784	18,21

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

A análise vertical envolve a relação entre um elemento e o grupo de que ele faz parte. Relaciona a parte com o todo, envolvendo elementos homogêneos relativos a um mesmo exercício.

A seguir apresentam-se comentários e gráficos da Análise Vertical do Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado de Exercício (2008 a 2010) da empresa²:

- Ativo Circulante: representou 53,25% do Ativo Total no ano de 2008, reduzindo a 51,44% em 2010, sendo que 51,49% desta participação correspondem à conta de Clientes a receber.
- Ativo Não Circulante: representou 46,02% no ano 2008 e 47,45% em 2010, referente a investimentos temporários.
- Ativo Permanente: teve pouca representatividade na conta ativo, isto é, 1,73% do ativo total em 2008 e 1,11% em 2010, sendo representado pela conta de imobilizado.
- Passivo Circulante: representou em 2008 o percentual de 1,30%, aumentando para 2,17% em 2009 e posteriormente para 2,47% em

² Os arquivos originais do Balanço e Demonstração de Resultado do Exercício - DRE da empresa Supercontrol dos anos de 2008, 2009 e 2010 fornecidos pelo seu departamento de Contabilidade estão nos Anexos constantes desse trabalho.

2010 devido a um acréscimo na conta obrigações a pagar e fornecedores, o qual aconteceu gradativamente nesses anos.

- Passivo Não Circulante: corresponde a 0,54% em 2008, representado pela conta débito com sócios, o qual não aparece nos anos posteriores, concluindo-se que houve o acerto desse valor. Quanto aos anos de 2009 e 2010 não apresentou variações de passivo não circulante.
- Patrimônio Líquido: a conta de maior representatividade refere-se ao Capital Social no montante de R\$ 2.000.000,00 que representa mais de 70% do passivo total. Também se destaca o aumento da reserva de lucros de 14,89% em 2009 para 21,61% em 2010.

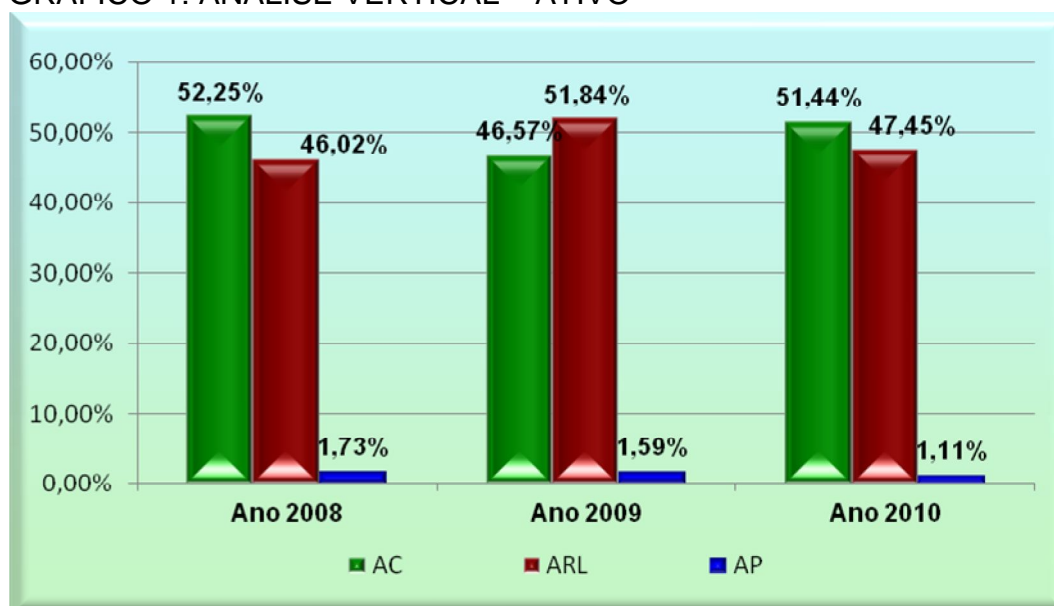
Abaixo se demonstra graficamente as informações da Análise Vertical do Balanço Patrimonial das Contas Ativo e Passivo dos anos de 2008, 2009 e 2010:

QUADRO 4: ANÁLISE VERTICAL – ATIVO

	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
AC	52,25%	46,57%	51,44%
ARL	46,02%	51,84%	47,45%
AP	1,73%	1,59%	1,11%
	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

GRÁFICO 1: ANÁLISE VERTICAL – ATIVO



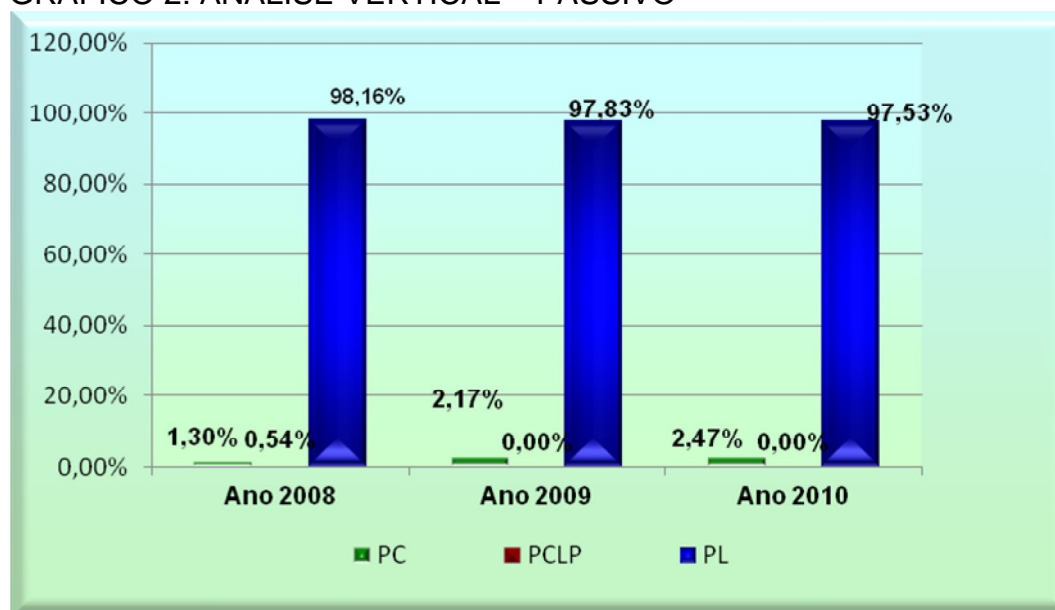
Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

QUADRO 5: ANÁLISE VERTICAL – PASSIVO

	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
PC	1,30%	2,17%	2,47%
PCLP	0,54%	0,00%	0,00%
PL	98,16%	97,83%	97,53%
	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

GRÁFICO 2: ANÁLISE VERTICAL – PASSIVO



Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta em 2008 o total de receita de R\$ 2.359.764,15 e lucro líquido no valor de R\$ 245.558,42. Em 2009 a receita bruta foi de R\$ 2.513.534,84 e um lucro no valor de R\$ 279.592,66. Por fim, no ano 2010 o lucro líquido atingiu o valor de R\$ 369.783,57. Percebe-se uma redução dos valores das receitas/despesas operacionais de 10,48% em 2008 para 3,63% em 2010, bem como um aumento do Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de 15,03% em 2008 para 20,83% em 2010. A margem líquida do período foi de 12,30% (2008); 13,24% (2009) e 18,21% (2010).

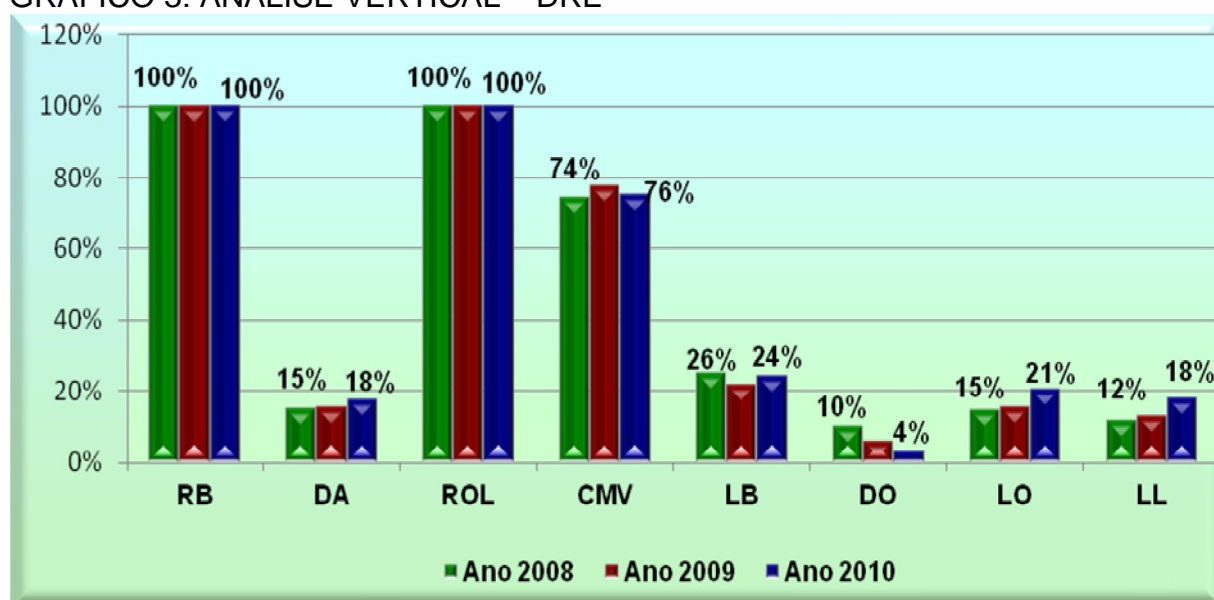
Abaixo se demonstra graficamente as informações da Análise Vertical da Demonstração de Resultados do Exercício - DRE dos anos de 2008, 2009 e 2010:

QUADRO 6: ANÁLISE VERTICAL – DRE

	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
RB	100%	100%	100%
DA	15%	16%	18%
ROL	100%	100%	100%
CMV	74%	78%	76%
LB	26%	22%	24%
DO	10%	6%	4%
LO	15%	16%	21%
LL	12%	13%	18%

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

GRÁFICO 3: ANÁLISE VERTICAL – DRE



Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

A análise dos índices permite relacionar elementos das demonstrações contábeis a fim de extrair conclusões da situação financeira e econômica da empresa.

Na tabela abaixo se demonstra os cálculos dos índices de liquidez, estrutura de capital e econômico:

TABELA 3: ÍNDICES FINANCEIROS

Grupo	Símbolo	Índice	Fórmula	2008	2009	2010
ANÁLISE FINANCEIRA		<u>Liquidez</u>				
	LI	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	3,25	1,07	3,74
	LS	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	19,56	10,84	14,34
	LC	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	40,33	21,46	20,83
	LG	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exig. Longo Prazo}}$	53,52	45,34	40,05
ANÁLISE ESTRUTURAL		<u>Estrutura de Capital</u>				
	CT/PL	Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento)	$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	1,87%	2,22%	2,53%
	PC/CT	Composição do endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$	70,56%	100,00%	100,00%
	AP/PL	Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	1,76%	1,63%	1,14%
	CAP	Capitalização	$\frac{\text{Capital Próprio Médio}}{\text{Ativo Médio}}$		79,59%	81,16%
ANÁLISE ECONOMICA		<u>Análise Econômica</u>				
	LL/V	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	12,30%	13,24%	18,21%
	LL/AT	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$	9,04%	11,59%	14,04%
	LL/PL	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido médio}} \times 100$		11,13%	15,01%
	V/AT	Produtividade	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$		82,38%	80,47%

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

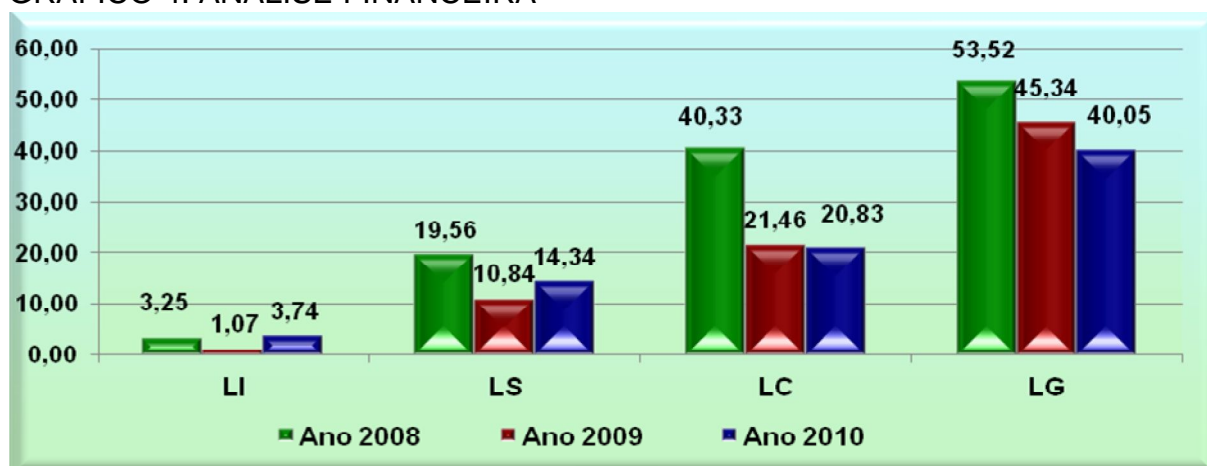
Os Índices de Liquidez têm como objetivo demonstrar a situação financeira das entidades, e a sua capacidade de saldar suas obrigações. Elas são divididas em quatro tipos: Liquidez Imediata; Seca; Corrente e Geral.

- Liquidez Imediata: é utilizado na avaliação do nível de recursos que são mantidos para cumprimento dos compromissos mais imediatos e também dos eventuais. No caso da Supercontrol para cada R\$1,00 a empresa disponibilizava no ano de 2008 R\$3,25; em 2009 R\$1,07 e em 2010 R\$3,74. Percebe-se uma redução na liquidez em 2009, mas houve recuperação em 2010.
- Liquidez Seca: é utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo sem considerar os estoques. É um índice

adequado para a análise de empresas que operam com estoques de difícil realização financeira. Verifica-se que no caso da empresa em questão, o índice obtido foi bem maior que R\$1,00 demonstrando sua capacidade de pagamento desconsiderando a conta de Estoques.

- **Liquidez Corrente:** é utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo através dos bens e créditos circulantes. A Supercontrol apresentou R\$40,33 em 2008 e R\$20,83 em 2010 para cada um R\$1,00 de dívida, indicando que o Capital Circulante Líquido (AC - PC) é positivo, considerando que o índice foi superior a 1, ou seja, não apresenta dificuldades de pagamentos no curto prazo.
- **Liquidez Geral:** é utilizado para avaliar a capacidade de pagamento de todas as obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo, por meio de recursos não permanentes (AC e ARLP). Quando o índice apresenta-se menor que 1, supõe-se que a empresa está financiando, pelo menos em parte, as aplicações no permanente com recursos de terceiros, o que geralmente provoca grandes dificuldades de pagamento das obrigações. No caso da Supercontrol, percebe-se que os índices ficam aquém de 1, indicando que a empresa não trabalha com recursos de terceiros.

GRÁFICO 4: ANÁLISE FINANCEIRA



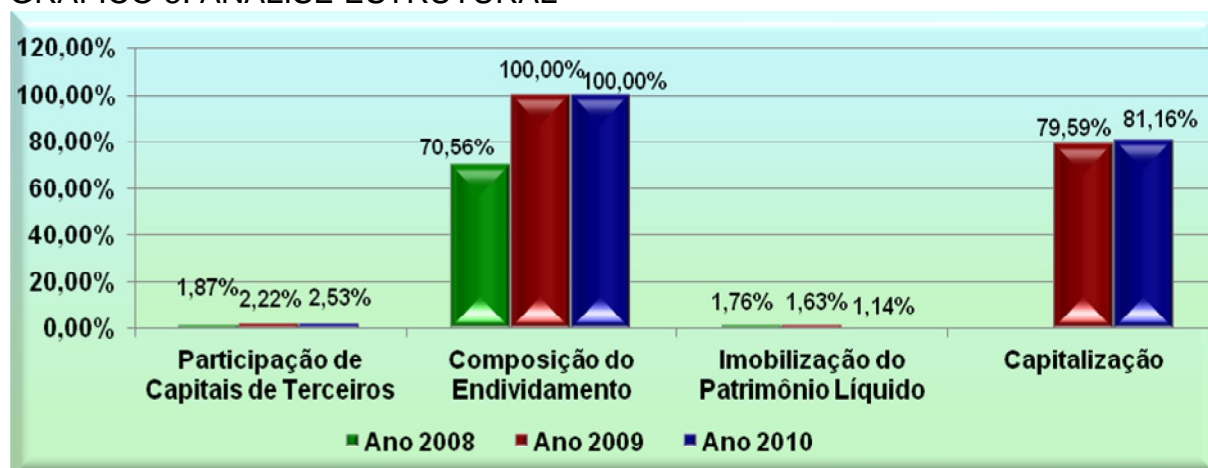
Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

O grupo de índices a seguir evidencia a situação financeira da empresa, isto é, procura apontar os grandes caminhos das decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos, bem como demonstrar o nível de endividamento.

Um aspecto importante a se destacar é que o sucesso de muitas empresas depende do sucesso da administração financeira das mesmas, especialmente de um bom gerenciamento, a fim de se obter um equilíbrio na estrutura de capitais, entre os recursos de terceiros e os recursos próprios.

- **Participação de Capitais de Terceiros:** indica a proporção de dependência da empresa de recursos de terceiros (exigíveis) em relação ao capital próprio investido. Percebe-se uma baixa representação desse índice, indicando que a empresa tem certa independência em relação a terceiros, permitindo maior liberdade para a tomada de decisões financeiras.
- **Composição do endividamento:** indica como os recursos de terceiros estão classificados no passivo da empresa, ou seja, o quanto da dívida está no curto e no longo prazo. Verifica-se que a empresa trabalha com pouco ou nenhum recurso de terceiro.
- **Imobilização do Patrimônio Líquido:** indica qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada, ou que não está em giro. Revela o quanto a empresa aplicou no ativo permanente com relação a seu patrimônio líquido. Verifica-se que esse índice tem baixa representatividade, pois quanto menor ele for melhor é para a empresa.
- **Capitalização:** esse índice permite mensurar a relação entre o patrimônio líquido e o total de recursos. Verifica-se que a empresa mantém uma capitalização próxima de 80%.

GRÁFICO 5: ANÁLISE ESTRUTURAL

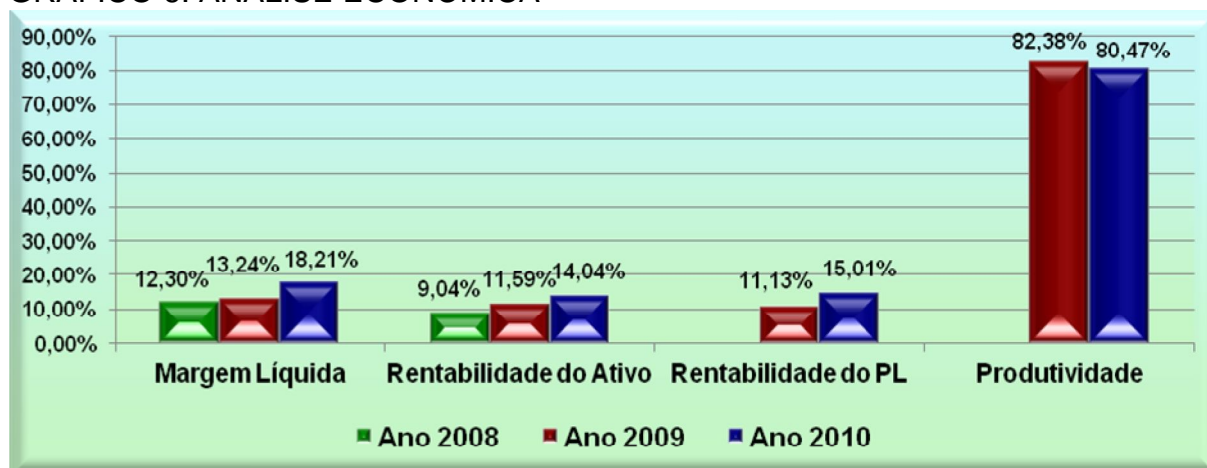


Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

Os índices de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa:

- **Margem Líquida:** esse índice evidencia qual foi o retorno que a empresa obteve frente ao que conseguiu gerar de receitas. Observa-se o desempenho crescente devido a seu faturamento.
- **Rentabilidade do Ativo:** esse índice deve ser direcionado para verificar o tempo necessário para que haja retorno dos capitais totais (próprios e de terceiros) investidos na empresa. Verifica-se o crescimento desse índice de 9% em 2008 para 14% em 2010, demonstrando que a empresa tem capacidade em gerar lucro.
- **Rentabilidade do Patrimônio Líquido:** esse índice expressa os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas. No caso da Supercontrol, demonstraram-se, como nos índices anteriores, lucratividade para os acionistas.
- **Produtividade:** esse índice permite verificar quanto à empresa vendeu para cada unidade monetária de aplicação total (Ativo Médio). Percebe-se um decréscimo de aproximadamente 2% do ano de 2009 para 2010. Entretanto, esse decréscimo não tem grande significância nos ótimos números que a empresa apresenta, resultante do seu bom desempenho.

GRÁFICO 6: ANÁLISE ECONÔMICA



Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

5.6.2 A dinâmica financeira na empresa calculada pelo Modelo Fleuriet

Em termos de implementação o modelo pressupõe a mensuração de variáveis características da gestão financeira das empresas. Para isso, faz-se necessário a reclassificação das demonstrações financeiras, para um modelo funcional, cuja preocupação básica consiste em relacionar as diversas contas não somente pela dimensão temporal, mas também pelo relacionamento dessas com o desenvolvimento das atividades operacionais. Abaixo segue o balanço da Supercontrol reclassificado, conforme determina o Modelo Fleuriet:

QUADRO 7: RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO

	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	114.374	55.737	243.149
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	1.198.708	952.300	892.090
Duplicatas a receber	467.825	396.584	469.993
Estoques	730.883	555.717	422.097
Ativo Não Circulante (ANC)	1.250.000	1.250.000	1.250.000
Total	2.563.082	2.258.038	2.385.239
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	-	-	-
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	12.135	468	19.993
Fornecedores	12.135	468	19.993
Outros PCC	-	-	-
Passivo Não Circulante (PNC)	14.680	-	-
Total	26.815	468	19.993

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

Uma vez com o balanço reclassificado é possível calcular o Saldo de Tesouraria (ST), o Capital Circulante Líquido (CCL) e, por fim, o Investimento Operacional em Giro (IOG) ou Necessidade de Capital de Giro (NCG).

O Saldo de Tesouraria é obtido pela diferença entre o ativo circulante financeiro e o passivo circulante operacional, quantificando e caracterizando o

equilíbrio financeiro da empresa. Por sua vez, o Capital Circulante Líquido representa a aplicação de recursos obtidos pela diferença entre o ativo circulante - o passivo circulante, correspondendo a uma parcela do capital aplicado na empresa no curto prazo. E por fim, o Investimento Operacional em Giro representa uma importante variável na análise da situação financeira da empresa, dado que pode apresentar saldo positivo ou negativo.

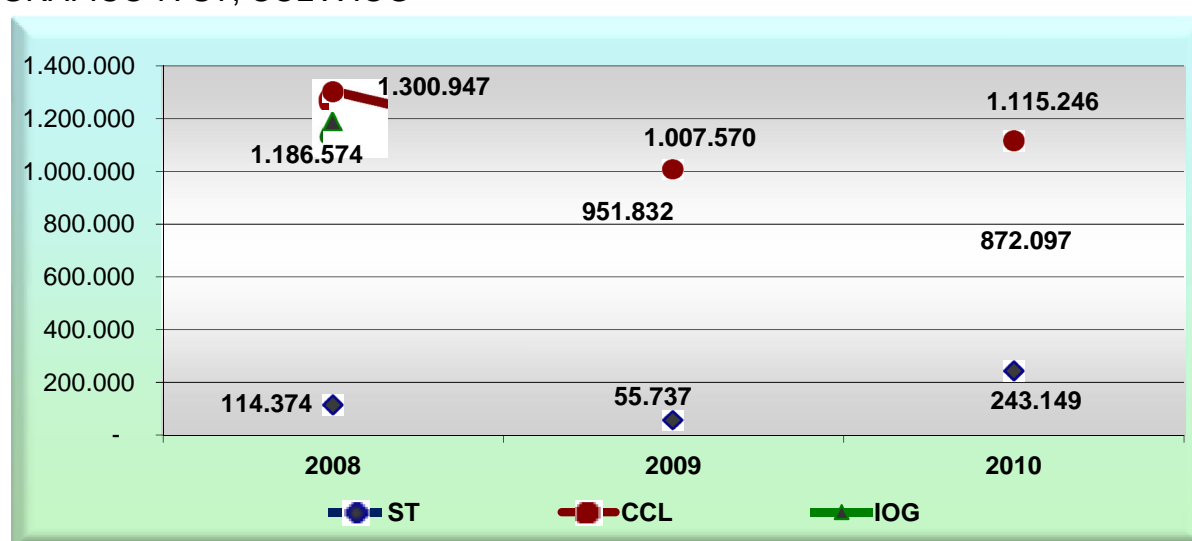
Na sequência, seguem os cálculos do ST, CCL e IOG da Supercontrol, bem como a respectiva representação gráfica:

QUADRO 8: CÁLCULOS DO ST, CCL E IOG

	Fórmulas	2008	2009	2010
AC	$AC = ACF + ACC$	1.313.082	1.008.038	1.135.239
ACF		114.374	55.737	243.149
ACC		1.198.708	952.300	892.090
PC	$PC = PCO + PCC$	12.135	468	19.993
PCO		-	-	-
PCC		12.135	468	19.993
PNC	$CCL = PNC - ANC$	14.680	-	-
ANC		1.250.000	1.250.000	1.250.000
ST	$ST = ACF - PCO$	114.374	55.737	243.149
CCL	$CCL = AC - PC$	1.300.947	1.007.570	1.115.246
IOG	$IOG = ACC - PCC$	1.186.574	951.832	872.097

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

GRÁFICO 7: ST, CCL X IOG



Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

Tendo por base os dados levantados pela análise dos indicadores ST, CCL e IOG, e da combinação destes, identifica-se a saúde financeira da empresa, possibilitando detectar qual o tipo de estrutura de balanço a empresa apresenta, dentre os seis tipos possíveis, conforme quadro 9:

QUADRO 9: TIPO DE ESTRUTURA DE BALANÇO

TIPO	RESTRIÇÃO			CONDIÇÃO	SITUAÇÃO
	ST	NCG	CCL		
I	> 0	< 0	> 0	ST > CCL > NCG	EXCELENTE
II	> 0	> 0	> 0	ST < CCL > NCG	SÓLIDA
III	< 0	> 0	> 0	ST < CCL < NCG	ARRISCADA
IV	< 0	> 0	< 0	ST < CCL < NCG	INSATISFATÓRIA
V	< 0	< 0	< 0	ST > CCL < NCG	RUIM
VI	> 0	< 0	< 0	ST > CCL > NCG	PÉSSIMA

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

A descrição para cada tipo de situação leva às seguintes caracterizações:

- Excelente: empresas com este tipo de estrutura apresentam excelente liquidez e boa folga financeira. Possuem recursos permanentes aplicados no ativo circulante e passivo circulante operacional maiores que os ativos circulantes operacionais;
- Sólida: o investimento operacional em giro positivo significa que os passivos circulantes operacionais são insuficientes para atender às necessidades de financiamento a curto prazo, sendo que os recursos permanentes suprem essa deficiência e geram saldo positivo de tesouraria. O saldo de tesouraria positivo indica uma situação financeira sólida, enquanto for mantido determinado volume de vendas;
- Arriscada: os passivos circulantes operacionais têm permitido o financiamento dos ativos circulantes operacionais, contribuindo também para a manutenção de um saldo positivo de tesouraria. Quedas nos volumes de atividade podem consumir os excedentes do passivo circulante operacional, tornando a necessidade de investimento em giro positiva e o saldo de tesouraria negativo;
- Insatisfatória: empresas neste tipo de estrutura patrimonial são bastante dependentes de empréstimos a curto prazo para financiar suas operações (saldo de tesouraria negativo). Verifica-se uma situação de solvência mais frágil da empresa;

- Ruim: os passivos circulantes operacionais têm permitido o financiamento dos ativos circulantes operacionais, diminuindo os efeitos negativos provocados sobre o saldo de tesouraria, sendo que eventuais problemas nas renovações das linhas a curto prazo poderiam prejudicar a continuidade de suas operações. Denota a existência de risco de insolvência;
- Péssima: o CCL negativo indica que a empresa está financiando ativos permanentes com dívidas de curto prazo, sendo que a expansão dos negócios traria possibilidades de agravamento desta situação, em função do crescimento do saldo negativo de tesouraria. Empresas nesta situação apresentam grande risco de insolvência.

Analisando a *performance* da empresa Supercontrol Com. Equip. Eletrônicos Ltda por meio do conceito Dinâmico Financeiro do Modelo Fleuriet, verifica-se que a mesma encontra-se em situação de solidez perante o mercado. Observa-se que a capacidade financeira é condizente com seu desempenho, pois tanto o Capital Circulante Líquido, quanto o Investimento Operacional em Giro, encontram-se crescente, apresentando folga financeira. Quanto ao Saldo de Tesouraria, apresenta um decréscimo no ano de 2009 em relação a 2008, impactado pelo crescimento nas contas Impostos diferidos e Empréstimo e financiamentos, correspondentes as despesas operacionais. Em 2010 o ST voltou a crescer provocado pela redução das contas de Impostos e Empréstimos.

No que se refere aos Tipos de Estrutura de Balanço, avaliando os números e as demonstrações gráficas da empresa, percebe-se que ela apresentou estrutura do TIPO II para todos os o períodos analisados, ou seja, 2008, 2009 e 2010. Pode-se afirmar que a Supercontrol possui uma **situação financeira sólida**, dispondo de saldo de tesouraria positivo para fazer frente às necessidades de capital de giro temporária, bem como possui capital circulante líquido suficiente para suprir as necessidades de capital de giro e ainda dispor de recursos para aplicação em ativo circulante financeiro, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

QUADRO 10: TIPO DE ESTRUTURA DE BALANÇO DA EMPRESA

	ST	CCL	IOG	CONDIÇÃO	TIPO DE ESTRUTURA DE BALANÇO
2008	114.374	55.737	243.149	ST < CCL > NCG	TIPO II
2009	1.300.947	1.007.570	1.115.246	ST < CCL > NCG	TIPO II
2010	1.186.574	951.832	872.097	ST < CCL > NCG	TIPO II

Fonte: Elaborado pelo aluno (2011)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar as demonstrações contábeis da empresa Supercontrol Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., do período de 2008 a 2010, a fim de gerar informações que evidenciem sua situação econômica e financeira, auxiliando os administradores nas tomadas de decisões. Esse propósito foi atingido, uma vez que se utilizando dos conceitos teóricos para analisar as demonstrações contábeis por meio da análise vertical, bem como pelo cálculo dos índices e Modelo Fleuriet, detectou-se as seguintes situações:

1. **Situação Financeira:** Apresentou ótima situação financeira, uma vez que se encontra equilibrada, podendo ser considerada saudável.
2. **Situação Econômica:** Apresentou-se estável e crescente considerando sua solidez e seu desempenho financeiro.
3. **Desempenho:** O desempenho no decorrer do período analisado foi satisfatório, pois seus resultados permitem o pagamento das obrigações e remunera os acionistas.
4. **Eficiência na utilização de recursos:** Percebe-se que a utilização dos recursos não está sendo feita de forma coerente, visto que a empresa apresenta alto Saldo de Tesouraria, o que não significa necessariamente uma condição desejável, uma vez pode significar que a empresa não está aproveitando as oportunidades de investimentos propiciadas por sua estrutura financeira. Entretanto, é salutar o fato de a empresa não dispor de capitais de terceiros para a sua sobrevivência financeira, indicando que os seus resultados fazem frente ao giro, proporcionando certa independência e permitindo maior liberdade para a tomada de decisões.

As informações acima detectadas, bem como as demais demonstradas neste trabalho, foram recebidas de forma positiva pela direção da empresa, as quais serão levadas em consideração para as tomadas de decisões futura, principalmente quanto ao investimento dos recursos em caixa.

A pesquisa buscou evidenciar a importância da contabilidade gerencial para a tomada de decisões e controle financeiro das empresas. Evidenciou-se que para melhor interpretar a situação financeira e contábil da empresa é essencial a correta

interpretação das análises, sendo de suma importância o conhecimento completo da função e atribuições que as demonstrações financeiras proporcionam.

Por ser a análise de índices financeiros uma das principais formas de comparação de dados contábeis e financeiros atualmente utilizados, destaca-se a importância de procurar estudar em quais suposições está baseada a análise tradicional dos índices financeiros da empresa.

Analisando o problema de pesquisa abordado, pode-se concluir que os controles financeiros e o gerenciamento econômico devem ser desenvolvidos simultaneamente, ou seja, não se deve administrar a empresa somente pelo caixa, nem tampouco apenas com informações de uma apuração de resultados. A utilização desses controles e planejamentos possibilita obter informações diárias e globais sobre a situação da empresa. As projeções, baseadas em informações fidedignas, possibilitam aos administradores conduzirem suas ações com maior segurança, contribuindo com a melhoria na gestão da empresa, podendo ser uma ferramenta extremamente útil e segura nos momentos decisórios.

Sabe-se que a análise dos índices financeiros pode determinar o rumo das empresas, sendo, por isso, de fundamental importância para as mesmas, associando a este a necessidade de se conhecer o ciclo de vida da empresa da qual se procede à análise.

O conjunto de demonstrativos financeiros requer razoável conhecimento contábil para uma adequada interpretação. Eles são elaborados obedecendo aos princípios de contabilidade, conhecidos pelos profissionais da área contábil e contemplando a legislação tributária e societária complementar. Os índices econômico-financeiros viabilizam aos empreendedores, uma contribuição valiosa que poderá apresentar a empresários, contadores e administradores.

Enfim, a análise de índices financeiros é de interesse da administração da empresa, credores (liquidez e na capacidade de cumprir seus compromissos) e dos acionistas atuais e potenciais (medir o risco e retorno que afetam o preço da ação), com a finalidade de fazer uma avaliação relativa da sua situação financeira.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETTO, A. **Mercado Financeiro**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSAF NETTO, A. **Estrutura e análise de balanço: um enfoque econômico-financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ÁVILA, C. A. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: IBPEX, 2006.

BLATT, A. **Análise de Balanços: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRAGA, R. H. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. São Paulo: Atlas, 1998

CFC – Conselho Federal de Contabilidade: site internet: <http://www.cfc.org.br>
RESOLUÇÃO CFC N.º 830/98, 16 de dezembro de 1998. **Normas de Auditoria**.

CRC - Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e do Conselho Federal de Contabilidade. **Coletânea da Legislação da Profissão Contábil**. Edição comemorativa aos 50 anos do C.R.C. Pr., 1997.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DIAS, P. M. A.. **Administração de custos**. São Paulo: Atlas, 1993.

EDITORA FERREIRA: site internet: <http://www.editoraferreira.com.br/publicue.pdf>
Princípios de Contabilidade (PC) – Quadro Comparativo.

FIPECAFI – Fundação instituto de pesquisas contábeis, atuariais e financeiras.
Manual de contabilidade societária. Diretor Responsável Sérgio de Iudícibus;

Coordenador técnico Eliseu Martins, Supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FLEURIET, M.; KEHDY, R.; BLANC, G. **O modelo Fleuriet**: a dinâmica financeira das empresas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FRANCO, H. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 1997.

FREZATTI, F. **Orçamento Empresarial**: planejamento e controle gerencial 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10ª edição, São Paulo: Ed. Addison Wesley, 2004.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. 7. Ed. São Paulo: Harbra, 2001.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Harbra, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, P. L. **Contabilidade gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOJI, M. **Administração financeira uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade comercial**. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo : Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**: a análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 225 p.

IUDÍCIBUS, S. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo : Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEMES JUNIOR, A. B. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed.Campus, 2002.

LEONE, GEORGE S. G.; **Curso de contabilidade de custos**. 2ª ed. Atlas. São Paulo, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, J.C. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, D. **Análise Financeira de Balanço**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, D. **Análise financeira de balanços**. 5ª ed. Atlas. São Paulo, 1998.

MEDEIROS, L. E. **Contabilidade de custos**: um enfoque prático. – Porto Alegre: Ortiz, 1998.

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria**: seu papel na Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1999.

MOSIMANN, C. P., ALVES, O. C., FISCH, S. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. Florianópolis: ESAG, 1993.

NAKAGAWA, M. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas e implementação. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ, Jr.; J. H.; SILVA, C. A. S.. **Controladoria Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2004.

PELEIAS, I. R. **Controladoria**: gestão eficaz utilizando padrões. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Conversão de demonstrações contábeis**. 6 ed. 2 reimpr. – São Paulo : Atlas, 2006.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Conversão de demonstrações Contábeis**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Fácil**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

ROSS, S. A. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, A. L. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 2 ed. Curitiba: Ed. Juruá. 2005.

SANTOS, J. L. **Introdução à Contabilidade**: atualizada pela mini reforma tributaria: Lei nº 10.637/02. São Paulo: Atlas, 2003.

SANVICENTE, A. Z. **Administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SANVICENTE, A. Z. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANVICENTE, A. Z. **Orçamento na administração de empresas**: planejamento e controle 2º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, M. C. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Harbra, 1991.

WELSCH, A. G. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2001.

WELSCH, A. G. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto Ed., 1995.

LISTAGEM DE ANEXOS

ANEXO A – SUPERCONTROL BALANÇO 2008 - FOLHA 1	75
ANEXO B – SUPERCONTROL BALANÇO 2008 - FOLHA 2	76
ANEXO C – SUPERCONTROL DRE 2008 - FOLHA 1	77
ANEXO D – SUPERCONTROL DRE 2008 - FOLHA 2	78
ANEXO E – SUPERCONTROL BALANÇO 2009 - FOLHA 1	79
ANEXO F – SUPERCONTROL BALANÇO 2009 - FOLHA 2	80
ANEXO G – SUPERCONTROL DRE 2009 - FOLHA 1	81
ANEXO H – SUPERCONTROL DRE 2009 - FOLHA 2	82
ANEXO I – SUPERCONTROL BALANÇO 2010 - FOLHA 1	83
ANEXO J – SUPERCONTROL BALANÇO 2010 - FOLHA 2	84
ANEXO K – SUPERCONTROL BALANÇO 2010 - FOLHA 3	85
ANEXO L – SUPERCONTROL DRE 2010 - FOLHA 1	86
ANEXO M – SUPERCONTROL DRE 2010 - FOLHA 2	87

ANEXO A – SUPERCONTROL BALANÇO 2008 - FOLHA 1

SUPERCONTROL COM.EQUIP.ELETRONICOS LTDA.

Dezembro/2008

CONTA Folha 0115

Sistema de Controle Contábil

LUXZED 31/12/08 13:49

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31.12.2008

100877 P3206 V3706

Conta	Descrição / Título	Valor
1	ATIVO	2.716.424,56
1 1	CIRCULANTE	1.419.405,75
1 1 01	DISPONIVEL	114.373,71
1 1 01 001	BENS NUMERARIOS	21.874,39
1 1 01 001 0001 - 7	CAIXA	21.874,39
1 1 01 002	DEPOSITOS BANCARIOS A VISTA	92.499,32
1 1 01 002 0001 - 2	BRABESCO S/A - 2160/16100-4	84.273,91
1 1 01 002 0002 - 4	BANCO ITAU S/A 12.827-7	8.225,41
1 1 02	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	467.824,93
1 1 02 001	CLIENTES DE MERCADORIAS	467.824,93
1 1 02 001 0001 - 5	CLIENTES GERAIS	467.824,93
1 1 03	OUTRAS CONTAS A RECEBER	106.323,72
1 1 03 006	ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	1.144,00
1 1 03 006 0002 - 2	ADIANTAMENTO 13. SALARIO	1.144,00
1 1 03 007	IMPOSTOS A RECUPERAR	22.910,62
1 1 03 007 0002 - 8	I.C.M.S. A RECUPERAR	22.910,62
1 1 03 008	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	82.269,10
1 1 03 008 0001 - 1	ADIANTAMENTO FORNEC. EXTERIOR	82.269,10
1 1 05	ESTOQUES	730.883,39
1 1 05 001	ESTOQUES MERCADORIAS	730.883,39
1 1 05 001 0001 - 0	MERCADORIAS PARA REVENDA	730.883,39
1 2	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.250.000,00
1 2 03	INVESTIMENTOS TEMPORARIOS	1.250.000,00
1 2 03 001	APLICACOES FINANC. A L. PRAZO	1.250.000,00
1 2 03 001 0001 - 3	TITULOS PUBLICOS	1.250.000,00
1 3	PERMANENTE	47.018,81
1 3 02	IMOBILIZADO	47.018,81
1 3 02 001	CUSTO CORRIGIDO	67.866,00
1 3 02 001 0001 - 5	MOVEIS E UTENSILIOS	30.706,00
1 3 02 001 0002 - 7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	14.610,00
1 3 02 001 0003 - 9	EQUIPAMENTOS TELEFONICOS	9.550,00
1 3 02 001 0004 - 0	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA	10.000,00
1 3 02 001 0005 - 2	INSTALACOES	3.000,00
1 3 02 002	DEPRECIACOES ACUMULADAS	-20.847,19
1 3 02 002 0001 - 0	MOVEIS E UTENSILIOS	-7.788,75
1 3 02 002 0002 - 2	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	-7.233,23
1 3 02 002 0003 - 4	EQUIPAMENTOS TELEFONICOS	-2.466,98
1 3 02 002 0004 - 6	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA	-2.583,23
1 3 02 002 0005 - 8	INSTALACOES	-775,00

ANEXO B – SUPERCONTROL BALANÇO 2008 - FOLHA 2

SUPERCONTROL COM.EQUIP.ELETRONICOS LTDA.

Dezembro/2008

CONTA Folha 0116

Sistema de Controle Contabil

LUXZED 31/12/08 13:49

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31.12.2008

100877 P3206 VJ706

Conta	Descricao / Titulo	Valor
2	PASSIVO	2.716.424,56
2 1	CIRCULANTE	35.192,17
2 1 01	FORNECEDORES	12.134,71
2 1 01 001	DE MERCADORIAS/SERVICOS/DIVS.	12.134,71
2 1 01 001 0014 - 6	O.V.D. IMPORT.E DISTR.LTDA.	324,50
2 1 01 001 0021 - 3	AUSEC AUTOMACAO E SEGURANCA LT	1.326,60
2 1 01 001 0028 - 6	SI SIST.INTELEG.ELETR.LTDA.	3.145,02
2 1 01 001 0041 - 9	SIRETRONIC EQUIP. ELETR. LTDA.	210,00
2 1 01 001 0049 - 3	MITSUPAK IND. E COM. LTDA.	-485,00
2 1 01 001 0052 - 3	MENDONCA & MENDONCA PROD.ELETR	1.155,00
2 1 01 001 0082 - 1	ACK COM.COMP.ELETR.LTDA.	755,60
2 1 01 001 0084 - 5	FABIO EDUARDO CERA CALIL	-549,00
2 1 01 001 0099 - 7	ARTMETAL IND. E COM. LTDA.	1.442,47
2 1 01 001 0102 - 3	MM IND. DE TRANSFORMADORES LTD	-251,10
2 1 01 001 0103 - 5	PIAZZAFLEX IND.COM.DE CABOS LT	2.681,70
2 1 01 001 0114 - 0	SERV TRONIC SIST. SEG. LTDA.	982,92
2 1 01 001 0119 - 9	MOROS IND. METALURGICA LTDA	896,00
2 1 01 001 0122 - 9	GRACIANO E ARINS COM.APAR.ELET	500,00
2 1 03	OBRIGACOES A PAGAR	9.483,84
2 1 03 001	OBRIGACOES TRABALHISTAS	2.410,67
2 1 03 001 0002 - 6	SALARIOS A PAGAR	1.538,00
2 1 03 001 0003 - 8	I.N.S.S. A PAGAR	673,98
2 1 03 001 0004 - 0	F.G.T.S. A PAGAR	198,69
2 1 03 002	OBRIGACOES FISCAIS	7.073,17
2 1 03 002 0002 - 1	COFINS A PAGAR	5.813,56
2 1 03 002 0003 - 3	PIS A PAGAR	1.259,61
2 1 08	PROVISOES DO EXERCICIO	13.573,62
2 1 08 001	PROVISOES TRIBUTARIAS	13.573,62
2 1 08 001 0001 - 5	PROVISAO I.R.P.J.	7.219,95
2 1 08 001 0002 - 7	PROVISAO C.S.	6.353,67
2 2	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	14.680,00
2 2 04	DEVEDORES INTERNOS	14.680,00
2 2 04 001	DEBITOS COM SOCIOS	14.680,00
2 2 04 001 0001 - 2	JUAREZ DEMARCO	14.680,00
2 4	PATRIMONIO LIQUIDO	2.666.552,39
2 4 01	CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00
2 4 01 001	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00
2 4 01 001 0001 - 8	CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00
2 4 99	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	666.552,39
2 4 99 001	LUCROS/PREJUIZOS EXERC. ANTER.	420.993,97
2 4 99 001 0001 - 5	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	420.993,97
2 4 99 002	LUCROS/PREJUIZOS DO EXERCICIO	245.558,42
2 4 99 002 0001 - 0	LUCROS/PREJUIZOS DO EXERCICIO	245.558,42

ANEXO C – SUPERCONTROL DRE 2008 - FOLHA 1

SUPERCONTROL COM.EQUIP.ELETRONICOS LTDA.	Dezembro/2008	CONTA	Folha	0117
Sistema de Controle Contabil		LUXZED	31/12/08	13:51
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO		100877	P1304	VJ706

3	RESULTADO DO EXERCICIO	245.558,42
3.1	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.359.764,15
3.1.01	RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS	2.359.764,15
3.1.01.001	VENDA DE MERCADORIAS	2.359.764,15
3.1.01.001.0001	VENDA DE MERCADORIAS (M.I.)	2.359.764,15
3.2	DEDUCOES RECEITA OPERACIONAL	(363.395,98)
3.2.01	DEDUCOES DA REC.DA VENDA PROD.	(348.594,07)
3.2.01.001	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	(348.594,07)
3.2.01.001.0001	I.C.M.S. S/VENDAS	(264.741,28)
3.2.01.001.0002	PIS S/ VENDAS	(14.932,69)
3.2.01.001.0003	COFINS S/ VENDAS	(68.920,10)
3.2.03	DEVOLUCOES DE VENDAS	(14.801,91)
3.2.03.001.0001	DEVOLUCOES DE VENDAS	(14.801,91)
3.3	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(1.487.067,44)
3.3.01.001	C.M.V.	(1.487.067,44)
3.3.01.001.0001	C.M.V.	(1.487.067,44)
3.5	DESPESAS OPERACIONAIS	(209.184,10)
3.5.02	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(197.010,26)
3.5.02.002	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(55.819,89)
3.5.02.002.0001	SALARIOS E ORDENADOS	(37.290,29)
3.5.02.002.0004	FERIAS	(4.413,20)
3.5.02.002.0005	13. SALARIO	(1.772,35)
3.5.02.002.0006	I.N.S.S.	(9.751,18)
3.5.02.002.0007	F.G.T.S.	(4.756,37)
3.5.02.002.0009	ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOG.	377,78
3.5.02.002.0011	VALE TRANSPORTE	1.785,72
3.5.02.003	SERVICOS DE TERCEIROS	(5.919,03)
3.5.02.003.0002	HONORARIOS ADVOCATICIOS	(2.636,60)
3.5.02.003.0003	HONORARIOS CONTABEIS	(774,58)
3.5.02.003.0004	OUTROS HONORARIOS PJ	(1.918,06)
3.5.02.003.0009	SERVICOS DE CONSULTORIA	(589,79)
3.5.02.004	OCUPACAO	(864,00)
3.5.02.004.0002	MANUTENCAO E CONSERVACAO	(864,00)
3.5.02.005	UTILIDADES E SERVICOS	(48.185,94)
3.5.02.005.0001	AGUA E ESGOTO	(1.356,25)
3.5.02.005.0002	ENERGIA ELETRICA	(5.625,13)
3.5.02.005.0003	DESPESAS DE COMUNICACAO	(22.327,83)
3.5.02.005.0004	COPIAS E AUTENTICACOES	(391,17)
3.5.02.005.0005	CORREIOS E TELEGRAFOS	(8.796,04)
3.5.02.005.0008	FRETES, CARRETOS E DESPACHOS	(9.407,92)
3.5.02.005.0010	MANUTENCAO MAQUINAS E EQUIPOS	(241,60)
3.5.02.005.0017	MATERIAL DE EMBALAGEM	(40,00)
3.5.02.006	IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES	(19.116,39)
3.5.02.006.0002	IMPOSTOS ESTADUAIS	(2.000,00)
3.5.02.006.0003	IMPOSTOS MUNICIPAIS	(17.116,39)

ANEXO D – SUPERCONTROL DRE 2008 - FOLHA 2

SUPERCONTROL COM.EQUIP.ELETRONICOS LTDA.	Dezembro/2008	CONTA	Folha	0118
Sistema de Controle Contabil		LUXZED	31/12/08	13:51
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO		100877	P1304	VJ706

3.5.02.007	DESPESAS COM IMPORTACOES	(35.450,38)
3.5.02.007.0003	OUTRAS DESPESAS DE IMPORTACAO	(35.450,38)
3.5.02.999	OUTRAS DESPESAS	(31.654,63)
3.5.02.999.0001	MATERIAL DE EXPEDIENTE	(4.891,86)
3.5.02.999.0002	ORGAOS DE CLASSE	(554,70)
3.5.02.999.0005	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(980,00)
3.5.02.999.0006	OUTRAS DESPESAS COM VEICULOS	(133,90)
3.5.02.999.0007	CANTINA, LANCHES E REFEICOES	(166,52)
3.5.02.999.0008	MATERIAL DE LIMPEZA	(2.390,52)
3.5.02.999.0009	DESPESAS LEGAIS	(60,73)
3.5.02.999.0010	DEPRECIACOES	(8.069,88)
3.5.02.999.0012	LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	(323,50)
3.5.02.999.0014	DESPESAS DE VIAGEM	(13.537,77)
3.5.02.999.0016	MULTAS DE MORA	(414,94)
3.5.02.999.0020	OUTRAS DESPESAS	(130,31)
3.5.03	ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS	(12.173,84)
3.5.03.001	DESPESAS FINANCEIRAS	(19.404,39)
3.5.03.001.0001	JUROS PAGOS E/OU INCORRIDOS	(216,67)
3.5.03.001.0002	DESPESAS BANCARIAS	(17.593,52)
3.5.03.001.0003	C.P.M.F.	(652,51)
3.5.03.001.0005	TAXAS DE CAMBIO	(941,69)
3.5.03.002	RECEITAS FINANCEIRAS	7.230,55
3.5.03.002.0001	DESCONTOS AUFERIDOS	309,89
3.5.03.002.0003	JUROS AUFERIDOS	6.920,66
3.8	PROVISOES	(54.558,21)
3.8.01	PROVISOES DO EXERCICIO	(54.558,21)
3.8.01.001	PROVISOES TRIBUTARIAS	(54.558,21)
3.8.01.001.0001	I.R.P.J.	(28.941,44)
3.8.01.001.0002	C.S.	(25.616,77)

= LUCRO CONTÁBIL	245.558,42
------------------	------------

= LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	245.558,42
------------------------------	------------

ANEXO E – SUPERCONTROL BALANÇO 2009 - FOLHA 1

Empresa: SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CNPJ: 07.884.880/0001-55
 Balanço encerrado em: 31/12/2009

Folha: 0001
 Número livro: 0005

BALANÇO

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	2.411.332,95D
CIRCULANTE	1.122.950,38D
DISPONÍVEL	55.737,11D
CONTA CAIXA	2.626,62D
CAIXA GERAL	2.626,62D
CAIXA	2.626,62D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	53.110,49D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	53.110,49D
BANCO BRADESCO S/A - 2160/16300-4	47.301,93D
BANCO BRADESCO S/A - 2160/16110-1	5.718,56D
CRÉDITOS	1.067.213,27D
CLIENTES	396.583,97D
CLIENTES	396.583,97D
CLIENTES DIVERSOS	396.583,97D
ADiantamentos	114.912,80D
ADiantamentos à Terceiros	114.912,80D
UNIVERSAL POWER TECHNOLOGY CO LTD	87.320,80D
YU HENG ELECTRIC CO LTD	27.592,00D
ESTOQUES	555.716,50D
ESTOQUES	555.716,50D
ESTOQUE DE MERCADORIAS	555.716,50D
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO	1.250.000,00D
CRÉDITOS	1.250.000,00D
INVESTIMENTOS	1.250.000,00D
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.250.000,00D
TÍTULOS PÚBLICOS	1.250.000,00D
PERMANENTE	38.382,57D
IMOBILIZADO	38.382,57D
BENS DE USO	67.866,00D
APARELHOS TELEFÔNICOS	9.550,00D
APARELHOS TELEFÔNICOS	9.550,00D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	14.610,00D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	14.610,00D
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	10.000,00D
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	10.000,00D
INSTALAÇÕES	3.000,00D
INSTALAÇÕES	3.000,00D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	30.706,00D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	30.706,00D
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADA	29.483,43C
S/ APARELHOS TELEFÔNICOS	3.899,46C
S/APARELHOS TELEFÔNICOS	3.899,46C
S/ COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	10.094,21C
S/COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	10.094,21C
S/ EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	3.583,21C
S/EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	3.583,21C
S/ INSTALAÇÕES	1.075,00C
S/INSTALAÇÕES	1.075,00C
S/ MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.831,58C
S/MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.831,58C

ANEXO F – SUPERCONTROL BALANÇO 2009 - FOLHA 2

Empresa: SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

Folha: 0002

CNPJ: 07.884.880/0001-55

Número livro: 0005

Balanço encerrado em: 31/12/2009

BALANÇO

Descrição	Saldo Atual
PASSIVO	2.411.332,95C
CIRCULANTE	52.331,90C
OBRIGAÇÕES À CURTO PRAZO	52.331,90C
FORNECEDORES	467,99C
FORNECEDORES NACIONAIS	467,99C
ACK COM. DE COMP.ELETRONICOS LTDA	87,99C
GERGRAF IND. GRAFICA LTDA	380,00C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA/FISCAIS	51.863,91C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.494,75C
FGTS À RECOLHER	266,20C
INSS À RECOLHER	965,55C
SALARIOS À PAGAR	1.263,00C
OBRIGAÇÕES FISCAIS	49.369,16C
PIS À RECOLHER	1.475,31C
COFINS À RECOLHER	6.809,11C
IPI À RECOLHER	7.998,08C
CSLL À RECOLHER	7.198,27C
ICMS À RECOLHER	25.888,39C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.359.001,05C
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00C
RESERVAS LEGAIS	359.001,05C
RESERVAS LEGAIS	359.001,05C
RESERVAS DE LUCROS	359.001,05C
RESERVAS DE LUCROS	359.001,05C

ANEXO G – SUPERCONTROL DRE 2009 - FOLHA 1

Empresa: SUPERCONTROL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CNPJ: 07.884.880/0001-55

Folha: 0001
 Número livro: 0005

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2009

Receita Operacional		
VENAS À FRACO	2.513.534,84	<u>2.513.534,84</u>
Deduções		
(-) ICMS S/ VENDAS	(291.795,98)	
(-) COFINS S/ FATURAMENTO	(77.155,52)	
(-) PIS S/ FATURAMENTO	(16.717,03)	
(-) ICMS SUBST TRIBUTÁRIA	(7.559,44)	
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS	(8.125,79)	<u>(401.353,76)</u>
Receita Líquida		<u>2.112.181,08</u>
Custos dos Produtos Vendidos		
(+) XI - MERCADORIAS	(4.937.535,46)	
C.M.V.	(837.336,63)	
COMPRAS À FRACO	(457.036,07)	
FRETES E CARRETOS	(51,04)	
(-) ICMS S/ ENTRADAS	71.055,80	
CUSTOS C/ IMPORTAÇÃO	(240.228,91)	
(-) XF - MERCADORIAS	4.759.042,81	<u>(1.642.089,50)</u>
Lucro Bruto		<u>470.091,58</u>
Despesas com Pessoal		
ASSIST. MÉDICA/MEDICAMENTOS	(213,52)	
AVISO PRÉVIO	(612,91)	
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	(3.489,38)	
FÉRIAS	(3.067,44)	
FGTS	(4.450,33)	
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	(12.026,70)	
SALÁRIOS E ORDENADOS	(36.126,82)	<u>(59.987,10)</u>
Despesas Administrativas		
ÁGUA E ESGOTO	(1.196,20)	
COMUNICAÇÕES	(20.568,64)	
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	(1.049,47)	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS/ASSOCIAÇÕES	(270,97)	
DEPRECIACÕES	(8.636,24)	
DESPESAS DIVERSAS	(910,05)	
DESPESAS POSTAIS	(2.235,15)	
ENERGIA ELÉTRICA	(4.195,84)	
FRETES E CARRETOS	(1.161,81)	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	(875,00)	
JORNALIS E REVISTAS	(41,80)	
MATERIAL DE EXPEDIENTE	(1.630,06)	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	(4.890,14)	
DESPESA C/ COFA E COZINHA	(546,93)	<u>(48.205,30)</u>
Despesas Tributárias		
TAXAS FEDERAIS	(13,13)	
TAXAS MUNICIPAIS	(9.041,35)	<u>(9.054,48)</u>
Despesas Não Dedutíveis		
MULTAS DIVERSAS	(1.421,44)	<u>(1.421,44)</u>
Despesas Com Vendas		
FRETES E CARRETOS	(2.866,21)	<u>(2.866,21)</u>
Despesas Financeiras		
DESPESAS BANCÁRIAS - CAMBIO	(773,51)	
DESPESAS BANCÁRIAS	(13.414,71)	
ENCARGOS FINANCEIROS	(352,12)	
JUNOS E MULTAS	(74,71)	
VARIAÇÃO CÂMBIAL PASSIVA	(16.823,73)	<u>(31.438,78)</u>
Receitas Financeiras		
DESCONTOS OBTIDOS	335,27	

ANEXO H – SUPERCONTROL DRE 2009 - FOLHA 2

Empresa: SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CNPJ: 07.884.880/0001-55

Folha: 0002
 Número livro: 0005

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2009

Receitas Financeiras			
JUROS RECEBIDOS	5.442,18		
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES	14,10		
VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	16.211,11		<u>32.002,66</u>
Resultado Antes do IR			<u>339.117,93</u>
Provisões			
CRLP	(28.115,13)		
IRPJ	(31.410,14)		<u>(59.525,27)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			<u>279.592,66</u>

ANEXO I – SUPERCONTROL BALANÇO 2010 - FOLHA 1

Empresa: SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CNPJ: 07.884.880/0001-55
 Balanço encerrado em: 31/12/2010

Folha: 0001
 Número livro: 0005

BALANÇO

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	2.634.366,07D
CIRCULANTE	1.355.186,10D
DISPONÍVEL	243.149,18D
CONTA CAIXA	689,61D
CAIXA GERAL	689,61D
CAIXA	689,61D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	242.459,57D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	242.459,57D
BANCO BRADESCO S/A - 2160/16100-4	242.459,57D
CRÉDITOS	1.112.036,92D
CLIENTES	469.992,94D
CLIENTES	469.992,94D
CLIENTES DIVERSOS	469.992,94D
ADIANTAMENTOS	219.747,34D
ADIANTAMENTOS À TERCEIROS	219.747,34D
CASCO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS LTDA	15.609,43D
ELECTRONICS LINE 3000 LTD	13.744,00D
UNIVERSAL POWER TECHNOLOGY CO LTD	90.224,64D
YU HENG ELECTRIC CO LTD	100.169,27D
ESTOQUES	422.096,64D
ESTOQUES	422.096,64D
ESTOQUE DE MERCADORIAS	422.096,64D
CHEQUES EM COBRANÇA	200,00D
CHEQUES EM COBRANÇA	200,00D
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO	1.250.000,00D
CRÉDITOS	1.250.000,00D
INVESTIMENTOS	1.250.000,00D
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.250.000,00D
TÍTULOS PÚBLICOS	1.250.000,00D
PERMANENTE	29.179,97D
IMOBILIZADO	29.179,97D
BENS DE USO	67.886,00D
APARELHOS TELEFÔNICOS	9.550,00D
APARELHOS TELEFÔNICOS	9.550,00D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	14.610,00D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	14.610,00D
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	10.000,00D
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	10.000,00D
INSTALAÇÕES	3.000,00D
INSTALAÇÕES	3.000,00D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	30.706,00D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	30.706,00D
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADA	38.686,03C
S/APARELHOS TELEFÔNICOS	5.809,46C
S/APARELHOS TELEFÔNICOS	5.809,46C
S/COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	13.016,21C
S/COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	13.016,21C
S/EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	4.583,21C
S/EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	4.583,21C

ANEXO J – SUPERCONTROL BALANÇO 2010 - FOLHA 2

Empresa: SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

CNPJ: 07.884.880/0001-55

Balanço encerrado em: 31/12/2010

Folha: 0002

Número livro: 0005

BALANÇO

Descrição	Saldo Atual
IMÓVEIS E UTENSÍLIOS	13.902,15C

ANEXO K – SUPERCONTROL BALANÇO 2010 - FOLHA 3

Empresa: SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CNPJ: 07.884.880/0001-55
 Balanço encerrado em: 31/12/2010

Folha: 0003
 Número livro: 0005

BALANÇO

Descrição	Saldo Atual
PASSIVO	2.634.366,07C
CIRCULANTE	65.055,07C
OBRIGAÇÕES À CURTO PRAZO	65.055,07C
FORNECEDORES	19.992,97C
FORNECEDORES NACIONAIS	19.992,97C
ACK COM. DE COMP.ELETRÔNICOS LTDA	4.265,00C
APPARATUS EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	1.131,30C
LPE COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	1.295,00C
POSONIC DO BRASIL LTDA	13.069,00C
STEELPAPER BRASIL IND. E COM. DE PETAS A	232,67C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA/FISCAIS	45.062,10C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.847,05C
FGTS A RECOLHER	370,16C
INSS A RECOLHER	1.096,89C
SALARIOS A PAGAR	1.380,00C
OBRIGAÇÕES FISCAIS	42.215,05C
PIS A RECOLHER	1.747,77C
COPINS A RECOLHER	8.066,65C
IRPJ A RECOLHER	8.158,40C
CSLL A RECOLHER	7.342,56C
ICMS A RECOLHER	16.899,67C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.569.311,00C
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00C
RESERVAS LEGAIS	569.311,00C
RESERVAS LEGAIS	569.311,00C
RESERVAS DE LUCROS	569.311,00C
RESERVAS DE LUCROS	569.311,00C

ANEXO L – SUPERCONTROL DRE 2010 - FOLHA 1

Empresa: SUPERCONTROL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
 CNPJ: 07.884.880/0001-55

Folha: 0001
 Número livro: 0008

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2010

Receita Operacional		
VENDAS À PRAZO	2.469.134,97	<u>2.469.134,97</u>
Deduções		
(-) ICMS S/ VENDAS	(274.610,57)	
(-) COFINS S/ FATURAMENTO	(69.521,48)	
(-) PIS S/ FATURAMENTO	(15.062,98)	
(-) ICMS SUBST TRIBUTÁRIA	(78.136,36)	
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS	(1.560,20)	<u>(438.891,59)</u>
Receita Líquida		<u>2.030.243,38</u>
Custos dos Produtos Vendidos		
(+) EI - MERCADORIAS	(5.762.209,90)	
COMPRAS À PRAZO	(1.018.437,77)	
(-) ICMS S/ ENTRADAS	207.744,09	
(-) DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	9.448,04	
CUSTOS C/ IMPORTAÇÃO	(598.745,15)	
(-) EF - MERCADORIAS	5.628.590,04	<u>(1.533.610,65)</u>
Lucro Bruto		<u>496.632,73</u>
Despesas com Pessoal		
ASSIST. MÉDICA/MEDICAMENTOS	(348,28)	
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	(2.821,59)	
FÉRIAS	(2.480,33)	
FGTS	(3.362,25)	
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	(10.615,10)	
SALÁRIOS E ORDENADOS	(32.766,51)	<u>(52.394,06)</u>
Despesas Administrativas		
ÁGUA E ESGOTO	(602,19)	
COMUNICAÇÕES	(12.945,83)	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS/ASSOCIAÇÕES	(498,84)	
DEPRECIACÕES	(9.202,60)	
DESPESAS C/ INFORMATICA	(129,83)	
DESPESAS LEGAIS	(405,00)	
ENERGIA ELÉTRICA	(2.909,74)	
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	(7.838,60)	
MATERIAL DE EXPEDIENTE	(380,00)	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	(2.901,33)	<u>(37.813,96)</u>
Despesas Tributárias		
TAXAS ESTADUAIS	(60,00)	
TAXAS MUNICIPAIS	(56,55)	<u>(116,55)</u>
Despesas Com Vendas		
FRETES E CARRETOS	(3.782,03)	<u>(3.782,03)</u>
Despesas Financeiras		
VALE TRANSPORTE	(298,66)	
DESPESAS BANCÁRIAS	(10.883,71)	
JUROS E MULTAS	(0,11)	
VARIAÇÃO CÂMBIAL PASSIVA	(8.276,23)	<u>(19.458,71)</u>
Receitas Financeiras		
DESCONTOS OBTIDOS	388,21	
JUROS RECEBIDOS	9.764,56	

ANEXO M – SUPERCONTROL DRE 2010 - FOLHA 2

Empresa: SUPERCONTROL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CNPJ: 07.884.880/0001-55

Folha: 0002
 Número livro: 0005

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2010

Receitas Financeiras		
VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	29.622,31	<u>39.775,08</u>
Resultado Antes do IR		<u>422.842,50</u>
Provisões		
CSLL	(25.133,18)	
IRPJ	(27.925,75)	<u>(53.058,93)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>369.783,57</u>